

## Relatório da Administração 2002 Embratel Participações S.A.

### Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Embratel Participações S.A., submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Empresa, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2002.

### 1 - Introdução

A Embratel Participações S.A. é uma holding controladora da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel, a maior provedora de serviços de dados e de Internet brasileira e concessionária de serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, além de prestadora autorizada de serviços locais. O principal investimento da Embratel Participações é a sua participação acionária na Embratel e, portanto, seu desempenho consolidado representa essencialmente o desempenho operacional da Embratel, que será comentado a seguir.

A Embratel Participações é controlada pela WorldCom, Inc., empresa norte-americana, que a adquiriu no leilão de privatização em julho de 1998.

#### Embratel Participações S.A.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Startel Participações Ltda.	62.054.576.448	49,9%	0	0,0%	62.054.576.448	18,6%
New Startel Participações Ltda.	2.350.574.677	1,9%	0	0,0%	2.350.574.677	0,7%
PREVI - Caixa Prev. Func. Banco do Brasil	6.722.609.333	5,4%	6.633.362.644	3,2%	13.355.971.977	4,0%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	1.769.666.671	0,8%	1.769.666.671	0,5%
Outros	53.241.270.074	42,8%	201.626.967.745	96,0%	254.868.237.819	76,2%
<b>Total</b>	<b>124.369.030.532</b>	<b>100,0%</b>	<b>210.029.997.060</b>	<b>100,0%</b>	<b>334.399.027.592</b>	<b>100,0%</b>
<b>Percentual por Classe de ação</b>	<b>37,2%</b>		<b>62,8%</b>		<b>100,0%</b>	

Data: Dez 31, 2002

#### Embratel S.A.

Acionistas	Ordinárias	%
Embratel Participações S.A.	4.665.874.845	98,8%
Outros	57.969.002	1,2%
<b>Total</b>	<b>4.723.843.847</b>	<b>100,0%</b>

Data: Dez 31, 2002

As ações ordinárias e preferenciais da Embratel Participações S.A. são registradas na Bolsa de Valores de São Paulo. Além disso, a empresa tem um programa de ADRs nível II, representando ações preferenciais, registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

## **2 – Contexto Macroeconômico e o Setor de Atuação**

### **Conjuntura Econômica**

Em 2002, o cenário econômico mundial não apresentou significativa melhora comparado a 2001. A economia americana continuou fraca e a brasileira sofreu com a incerteza gerada pela eleição presidencial e possibilidade de mudanças na política econômica com a troca de governo.

Sob o ponto de vista do negócio da Embratel, as variáveis macroeconômicas que mais afetaram os negócios da empresa foram o baixo crescimento da economia brasileira e a desvalorização cambial.

### **Setor de Telecomunicações**

O setor de telecomunicações, regulamentado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, continuou sua trajetória de mudanças estruturais. Nesse sentido, duas modificações foram de particular importância para a empresa: sua certificação de cumprimento de metas de universalização (8 de maio de 2002) e recebimento da autorização para prestar serviços locais (9 de agosto de 2002).

Esta licença é de importância primordial, pois permite que a Embratel passe a oferecer o único serviço de telecomunicações fixa que faltava em sua linha de serviços corporativos. Ao final de 2002, empresas de seis cidades brasileiras (Fortaleza, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro) já contavam com os serviços locais da Embratel. É o objetivo da empresa concentrar-se, num primeiro momento, nas linhas de tronco e nos clientes já diretamente conectados à sua rede. Atualmente, através de fibra, rádio digital e cabos metálicos, a Embratel faz conexões diretas com mais de 32 mil clientes, provendo serviços de dados e voz. Esta base de clientes, que abrange as maiores empresas do país, será o ponto de entrada para o serviço local.

Em 2002, o crescimento do número de linhas fixas instaladas não foi tão expressivo como nos anos anteriores, já que a maior parte das operadoras haviam cumprido com suas metas de universalização, e a demanda efetiva por novas linhas reduziu significativamente. O total de linhas fixas em operação, que era de 37,4 milhões em 2001, aumentou para 38,8 milhões em 2002. A quantidade de linhas celulares em operação também aumentou de 28,7 milhões para 34,9 milhões no mesmo período. Neste ano, portanto, o crescimento do número de linhas não atuou como grande propulsor do crescimento do tráfego de longa distância.

Em 2002, duas operadoras regionais, que cumpriram suas metas de universalização, receberam extensões de suas concessões para atuar no mercado de longa distância inter-regional e autorizações para realizar chamadas de longa distância internacional,

umentando a concorrência nestes segmentos de mercado. Também em 2002 começaram a operar duas empresas licenciadas para o uso do Serviço Móvel Pessoal (SMP), cujo modelo para ligações de longa distância exige a seleção do código da prestadora.

### **Segmento de Dados**

A Embratel é líder no mercado brasileiro de transmissão de dados. O que a distingue dos demais concorrentes é a abrangência da sua oferta de serviços, sua habilidade em combiná-los para atender às necessidades dos clientes, a experiência da sua mão-de-obra, sua equipe de vendas e atendimento nacionais e a extensão e qualidade de sua rede. Os serviços de dados que a Embratel oferece incluem linhas dedicadas de várias velocidades, inclusive as de alta velocidade para outras operadoras de serviços de telecomunicações, várias tecnologias para a transmissão de dados comutados, transmissão de dados via satélite e vários produtos de Internet voltados para o segmento empresarial.

Sua rede de extensão nacional e internacional permite que esses produtos sejam oferecidos, de forma integrada, em muitas regiões do Brasil, atendendo clientes cujas necessidades vão além de uma cidade, um estado ou uma região. A Embratel é a principal empresa, no Brasil, provedora de dados em alta velocidade e de serviços de Internet.

O mercado para os serviços de dados prestados pela empresa em 2002 apresentou crescimento de demanda por capacidade e novos serviços. Medidos em 2Mbits equivalentes, a quantidade de circuitos fornecidos pela empresa teve um aumento de 52% em 2002.

O aumento da base instalada de circuitos foi resultado de novos serviços, da adição líquida de clientes e do crescimento da capacidade de largura de banda para clientes já existentes. Isto reflete o fato de que a Embratel mantém uma posição sólida no mercado de dados e está bem preparada para se beneficiar da recuperação da economia.

As receitas dos serviços comutados e de satélite cresceram 23% e 16%, respectivamente, compensando a queda nas receitas dos serviços dedicados. As receitas dos serviços de Internet ficaram estáveis em 2002.

Desde a privatização, a Embratel vem atingindo um nível elevado de diversificação nas receitas dos serviços de dados e aumentou sua base de serviços de valor agregado. Os serviços que perderam peso na composição da receita foram aqueles tipo *commodity*. Evidenciando a capacidade de inovação da empresa, aproximadamente 27% da receita de dados derivam de serviços que foram desenvolvidos nos últimos 4 anos.

Além disso, a base líquida de clientes continuou a expandir-se. Nos últimos 2 anos, esse crescimento foi de 28%. A Embratel também diversificou sua base de clientes nos últimos

quatro anos, adicionando à sua lista de clientes um número crescente de empresas de médio e pequeno porte. Este foi o resultado de uma estratégia coordenada, envolvendo esforço nas áreas de vendas, produto e desenvolvimento de acesso.

### **Segmento de Telefonia – Voz (Longa Distância Nacional e Internacional)**

A Embratel, mantendo seu foco na rentabilidade da receita, aumentou o número de linhas bloqueadas devido à inadimplência e fraude. No final de 2001, aproximadamente 1,8 milhão de linhas estavam bloqueadas, passando para 4,6 milhões ao final de 2002. Esta foi a principal razão para a queda nas receitas de longa distância. No entanto, na longa distância nacional, a receita média por minuto em 2002 foi 3,0% e 12,0% acima das médias em 2001 e 2000, respectivamente, mostrando o foco da empresa na preservação de sua rentabilidade.

A abertura do mercado para dois competidores adicionais também contribuiu para a redução da receita de longa distância nacional. O maior impacto da competição foi sentido na receita de longa distância inter-regional proveniente do serviço 0800 pertencente às duas operadoras regionais que foram autorizadas a realizar chamadas inter-regionais. As receitas proveniente dessas duas operadoras foram de aproximadamente R\$73 milhões nos primeiros seis meses do ano, caindo para R\$30 milhões no terceiro trimestre e para zero no quarto trimestre, pois as operadoras direcionaram esse tráfego cativo para as suas próprias redes (por sua vez, a Embratel começou a apropriar sua receita local relativa aos seus serviços de 0800).

A Embratel continuou a aumentar sua receita nos principais serviços de voz para o mercado corporativo. Como parte da estratégia de substituir receita de voz básica por serviços Embratel que adicionam valor para seus clientes corporativos, a empresa continuou a aumentar suas vendas de *VipPhone* e serviços de Voz Avançada. A receita combinada destes serviços aumentou 32% em 2002. O número de clientes *VipPhone* cresceu 55% em 2002. Em 1998 não havia clientes *VipPhone* e, atualmente, eles chegam a aproximadamente 5.000. A receita de clientes corporativos advinda de planos alternativos também teve um crescimento de mais de 200%.

No mercado residencial e de pequenas empresas, a Embratel deu ênfase não só à rentabilidade, mas também às receitas provenientes dos clientes recorrentes. A Embratel ofereceu e conseguiu aumentar o número de contas em débito automático em 34% em 2002, melhorando o perfil de pagamento das faturas. As contas pagas via Internet, cujo processo começou em dezembro de 2001, também cresceram significativamente. Juntas, a cobrança via débito automático e pela Internet representaram aproximadamente 30% da receita de voz básica de longa distância nacional. O número de contas no programa de co-faturamento corresponde mensalmente a 25% dos usuários recorrentes. Além disso, a Embratel continua a atrair clientes para os planos alternativos. A receita do mercado residencial e de pequenas empresas com planos alternativos cresceu 131% em 2002.

No mercado de serviços de voz internacional, a Embratel teve sucesso na manutenção de clientes de alta rentabilidade, oferecendo planos alternativos que atendem às suas necessidades. Quanto ao tráfego entrante, a Embratel teve a habilidade de trabalhar o mercado de *carriers* também de forma segmentada, oferecendo qualidade a preços compatíveis para os que demandam mais qualidade, e serviços a preços mais competitivos para os mais sensíveis a custo.

### **Serviços Locais**

No início de janeiro de 2003, mais de 300 clientes já haviam contratado os serviços locais da Embratel. A empresa proverá serviços locais em 29 cidades (incluindo praticamente todas as capitais estaduais e algumas cidades no estado de São Paulo). A Embratel é a única provedora de serviço local que estará presente em praticamente todos os estados brasileiros, podendo ser caracterizada como a única operadora de serviços locais em âmbito nacional. Essa condição permitirá que empresas brasileiras localizadas nestas cidades tenham um único provedor de serviços de telecomunicações fixos. Além de oferecer um único número país afora e preços competitivos, a Embratel inova tarifando suas chamadas por minuto, adicionando transparência ao serviço que está sendo prestado.

## **3 - Serviços**

**Serviços de Dados e Internet** – Entre os serviços de dados dedicados, podemos destacar o *TopNet* (serviço de transmissão de dados privativa com transmissão contínua) e o *PrimeLink* (transmissão de dados contínua para algum ponto no Brasil, com integração de dados, imagem e voz). No segmento de dados comutados, destacamos a família de serviços com tecnologia *frame relay*: o *Fastnet*, o *E-Pack* (solução customizada de transmissão de dados para transações com cartões magnéticos) e o *Atmnet* (solução de transmissão de voz, vídeo e multimídia em alta velocidade e dispersão geográfica).

A Embratel possui um portfólio de serviços de Internet voltado para o mercado empresarial, dentre estes destacam-se: *Business Hosting* (serviço de hospedagem de *websites* de empresas que permite transmissão de multimídia em tempo real na Internet), *Business Security* (serviços de segurança para Internet), *Business Link Direct* (conexão privativa e dedicada à rede de Internet usando o protocolo *TCP/IP*), *Business Link on Demand* (conexão privativa usando o protocolo *TCP/IP* cujo tráfego apresente grande variação em função de sazonalidades), *Business Link Flex* (conexão privativa usando o protocolo *TCP/IP* para criação de *Intranets* e *Extranets*), *Business Dial* (acesso discado remoto à Internet e acesso discado à *Intranet* de empresas) e *Business IP Sat* (acesso à Internet de banda larga via satélite com alta velocidade de conexão em localidades remotas do país).

Um lançamento importante de 2002 foi o incremento do serviço de *Business IP VPN*, baseado na tecnologia *Multiprotocol Label Switching (MPLS)*, com a introdução do selo de

garantia de Qualidade de Serviço (QoS). Essa facilidade permite que se priorize aplicações críticas e se proporcione um tratamento diferenciado para o tráfego entre os diferentes pontos da VPN. Este novo recurso é utilizado particularmente em aplicações de multimídia e pode ser definido de acordo com as necessidades dos clientes. Não há restrições quanto à distância ou velocidade, já que o mesmo pode ser oferecido desde 64Kbps até 622Kbps através do *backbone* de Internet da Embratel, atualmente compreendendo 150 pontos de presença, 26 centros de roteamento, rotas duais e 35Gbps de capacidade de tráfego.

Também o serviço *Business Link Fácil*, uma conexão dedicada à Internet de 60Kbps, desenvolvido para o mercado de pequenas e médias empresas, pode ser oferecido através da rede de acesso digital da Embratel e de seus pontos-de-presença.

**Planos Opcionais de Telefonia** - Sempre 21 (beneficia quem liga em horário comercial), Toda Hora 21 (beneficia quem liga à noite e nos fins de semana), Unidos Via 21 (beneficia quem liga para 3 localidades DDD com recorrência), Opção 21 (beneficia quem faz ligações intra-estaduais), Muito Mais 21 (beneficia quem faz ligações DDD através de venda de pacotes de minutos em horários que se realizam mais chamadas), Todo Mundo 21 (beneficia quem faz ligações internacionais), Ligue DDI 21 (beneficia quem faz ligações internacionais para 4 grupos de países em dias úteis) e Passaporte 21 (beneficia quem faz ligações internacionais por apresentar tarifa simplificada e os melhores preços em horários de tarifas reduzidas). A empresa também lançou seu cartão pré-pago em todo país, beneficiando aqueles em trânsito e viagem, estudantes e os que desejam controlar despesas.

**Faturamento e Cobrança (Billing)** - A partir de janeiro de 2000, a Embratel começou a enviar contas pelo serviço de telefonia prestado diretamente a seus clientes de telefonia. Desde então, a Embratel vem implementando diversos sistemas e aprimorando sua infraestrutura com a finalidade de capacitá-la a gerenciar o faturamento e cobrança em um contexto de escolha de operadora de longa distância por chamada.

Em 2002 a Embratel terminou a implantação de sistemas que a auxiliaram a reduzir a inadimplência pela metade. Durante 2001, a empresa implementou a primeira fase do sistema de gerenciamento de chamadas, encerrando o ano com 1,8 milhão de linhas com o acesso ao código 21 bloqueadas pela falta de pagamento ou por fraude. Em 2002, implementou-se a segunda fase desse sistema, permitindo que a empresa obtivesse uma capacidade ilimitada de bloqueios, atingindo um total de 4,6 milhões de linhas bloqueadas por inadimplência e fraude ao final de 2002.

O aumento na quantidade de linhas bloqueadas por inadimplência e fraude contribuiu para a redução do tráfego cursado nas redes da empresa. Seu efeito é muito positivo, pois melhora a geração de caixa já que não se incorre em custo do serviço prestado (principalmente a interconexão) em chamadas feitas por consumidores que não pagam pelo serviço utilizado.

Também em 2002, a Embratel concluiu contratos de co-faturamento com as empresas CTBC, Telemar e Telefonica, e vem incrementando a quantidade de faturas enviadas através da operadora local. Dado o longo ciclo entre o envio dos registros à operadora local para a cobrança, a efetiva cobrança e o repasse da receita para a Embratel, e ao fato de que o aumento da quantidade de contas faturadas via co-faturamento se deu de forma gradual, o esperado impacto do co-faturamento sobre o nível de provisão para devedores duvidosos também se dará de forma gradual.

Outras iniciativas tomadas pela empresa para o aprimoramento do processo de cobrança foram a implementação do sistema de cobrança - CACS, em fevereiro de 2002, que melhora substancialmente a habilidade da empresa para agir eficientemente em relação à cobrança, e o significativo aumento das chamadas cobradas através do débito automático. A receita cobrada via débito automático aumentou 23% de 2001 para 2002.

Todas essas medidas tornaram possível a redução da provisão para devedores duvidosos de 15,5% da receita líquida em 2001 para 8,8% em 2002. Esta melhoria foi acompanhada por uma redução no prazo médio do contas a receber, que chegou a 67 dias no final do ano, bem como pela diminuição do montante de contas vencidas a partir de 60 dias. Ao final de 2002, aproximadamente 68% do contas a receber (líquido) de serviços de voz era representado por valores correntes (chamadas ainda não faturadas e/ou chamadas faturadas mais ainda não vencidas). Em 2001, este montante não passava de 62% do contas a receber de serviços de voz líquido.

**Impostos, Taxas e Contribuições** - Em 2002, a Embratel constituiu provisão para pagamento de tributos na ordem de R\$2,3 bilhões. Dentre esses tributos, além dos já conhecidos, como ICMS, ISS, PIS, COFINS e CPMF, temos também as contribuições federais como FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações Brasileiras) e FISTEL (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações).

**Atividades de Apoio à Sociedade** - A Embratel participa de diversas iniciativas culturais, educacionais e de assistência social. O Instituto Embratel 21, criado pela Embratel em 2001 com objetivos de desenvolver e apoiar projetos culturais, educacionais, científicos, sociais e esportivos, desenvolveu como principais projetos em 2002, favorecendo a inclusão digital da população: "Biblioteca Digital Multimídia", que beneficiou 90 bibliotecas públicas em todo o país, dando-lhes acesso a títulos da Biblioteca Nacional que foram digitalizados, bem como a vídeos gerados com as parcerias da Fundação Biblioteca Nacional, UNB, USP, Instituto EDUMED, PUC-Rio, PUC-Minas, UNESCO, ESG e Instituto Itaú Cultural; "Tesouros de São Paulo", que beneficiou 67 bibliotecas públicas no município de São Paulo, fornecendo-lhes acesso a títulos da Biblioteca Mario de Andrade e Solar da Marquesa que foram digitalizados, bem como a vídeos gerados com as parcerias da Biblioteca Mario de Andrade e do Centro Cultural São Paulo.

Em projetos assistenciais, apoia o Projeto ConvHIVendo, que tem por finalidade dar assistência social e psicológica a crianças e adolescentes portadores de HIV, a seus familiares e a profissionais de saúde; o apoio à Associação dos Amigos do Instituto Nacional do Câncer (Aminca); à Associação Fluminense de Reabilitação, colaborando para o tratamento de crianças com diversas patologias físicas e neurológicas; ao Instituto Ronald McDonald de Apoio à Criança (assistência a crianças portadoras de câncer); à Associação de Parentes e Amigos de Pessoas com Alzheimer, Doenças Similares e Idosos Dependentes (Apaz); ao Centro de Ensino e Pesquisas Pró-Cardíaco (Pró-Criança Cardíaca) e à Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR).

## **A Rede da Embratel – ao final de 2002**

### **Rede Nacional**

- ✓ Única empresa com uma rede de abrangência nacional totalmente digitalizada;
- ✓ Mais de 28,8 mil km de cabos de fibras óticas com 1.069 mil km de fibras;
- ✓ Capacidade de transmissão instalada de 260 Gbps.

### **Rede de Satélites**

- ✓ A Embratel foi pioneira em oferecer serviços de satélites na América Latina;
- ✓ Os satélites provêm alta qualidade de serviços onde não existe fibra ótica (65 cidades são cobertas via satélite);
- ✓ 5 satélites em órbita (4 sobre a América Latina e 1 sobre os EUA);
- ✓ 85 estações terrestres.

### **Rede Internacional**

- ✓ A Rede Internacional da Embratel permite a integração, também por meios inteiramente óticos, do Brasil com todos os países com os quais temos interesse de tráfego;
- ✓ A transmissão é feita através do sistema de cabos submarinos *AMERICAS-1* (Estados Unidos), *COLUMBUS-2* (Europa e Ásia) e a *UNISUR* (América do Sul) e dos sistemas de cabos submarinos *AMERICAS-2* (Estados Unidos), *ATLANTIS-2* (Europa e Ásia) e *COLUMBUS-3* (Europa e Estados Unidos). A capacidade de transmissão internacional da Embratel é de 606.000 circuitos equivalentes a voz em 2002. Esses sistemas de última geração tecnológica operam através de restauração recíproca, oferecendo assim maior confiabilidade e qualidade nas comunicações;
- ✓ A comutação internacional da Embratel é 100% digital e permite mais de 23 mil ligações simultâneas por telefone e serviço avançado de voz;
- ✓ A Embratel participa das empresas *Intelsat*, *Inmarsat* e *New Skies*, possuindo 7 estações terrestres de acesso a esses satélites permitindo que a empresa ofereça serviços internacionais fixos e móveis diversificados.

### **Rede de Internet**

- ✓ Maior backbone de Internet da América Latina, com mais de 35Gbps em nível nacional;
- ✓ Cobertura nacional - 300 localidades em todo país;
- ✓ Backbone internacional com circuitos via fibra ótica e via satélite para os Estados Unidos, Europa e Mercosul;
- ✓ As conexões internacionais totalizaram mais 3,7Gbps;
- ✓ Programa de garantia de desempenho (*Quality of Service - QoS / 99,7%*).

#### Rede Local

- ✓ Mais de 945 km de anéis urbanos nas principais cidades brasileiras;
- ✓ Mais de 32.200 clientes conectados por fibra ótica e radio digital próprios;
- ✓ Aproximadamente 1.360 km de redes de cobre em cidades de maior relevância de 25 estados brasileiros.

## 4 - Desempenho Econômico – Financeiro Consolidado

**Receita Líquida** - A Embratel Participações encerrou 2002 com uma receita líquida de R\$7,1 bilhões, representando uma redução 4,7% quando comparado a 2001. Essa variação resultou da redução das receitas de voz em decorrência do forte bloqueio de linhas inadimplentes e fraudulentas e da concorrência.

#### Receita Líquida por Serviços

R\$ mil	2002	2001	Var % Ano
LDN	4.356.796	4.555.279	-4,4%
LDI	666.714	857.072	-22,2%
<b>Voz</b>	<b>5.023.510</b>	<b>5.412.351</b>	<b>-7,2%</b>
Dados & Internet	1.756.507	1.691.099	3,9%
Aluguel de Linhas a Outros Provedores	75.932	123.630	-38,6%
<b>Total Dados</b>	<b>1.832.439</b>	<b>1.814.729</b>	<b>1,0%</b>
Outros Serviços	251.129	233.876	7,4%
<b>Receita Líquida</b>	<b>7.107.078</b>	<b>7.460.956</b>	<b>-4,7%</b>

**Receita de Dados** - A receita de dados, incluindo Internet, cresceu 1,0% em 2002 atingindo R\$1,8 bilhão. Este crescimento da receita de dados foi possível em função de um grande crescimento de capacidade de banda oferecida a clientes, a novos serviços e ao crescimento da base de clientes, o que possibilitou contrabalançar a redução de preços que ocorreu durante o período.

**Longa Distância Nacional** - A receita de longa distância nacional foi de R\$4,4 bilhões, representando uma redução de 4,4% em relação ao ano anterior. Esse decréscimo ocorreu devido ao aumento do número de linhas bloqueadas por inadimplência e fraude e à concorrência.

**Longa Distância Internacional** - A receita de longa distância internacional sofreu uma queda de 22,2% em 2002. Esta queda deve-se à redução do tráfego em virtude do bloqueio de linhas inadimplentes ou fraudulentas e à entrada de novos concorrentes nesse segmento de mercado.

**Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras** – Em 2002, a Embratel apresentou um lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$216 milhões em comparação a um prejuízo de R\$64 milhões em 2001. Este forte crescimento foi causado pela diminuição da despesa com devedores duvidosos de R\$1,2 bilhão em 2001 para R\$627 milhões em 2002, bem como a redução do custo de interconexão em relação à receita.

**Prejuízo Líquido** – Em 2002, a Embratel apresentou um prejuízo líquido de R\$626 milhões. Esta perda é fruto do impacto da desvalorização do real frente ao dólar (52,3% no ano) na dívida não protegida contra as variações cambiais.

**Situação Financeira** – A Embratel finalizou o ano com uma posição de caixa de R\$887 milhões. A dívida total em 31 de dezembro de 2002 era de R\$4,9 bilhões. A maior parte da dívida da empresa está em moeda estrangeira. Aproximadamente 35% da dívida total da empresa está protegida contra variação cambial.

**Contas a Receber** - O saldo do contas a receber líquido em 31 de dezembro de 2002 era de R\$1,6 bilhão, representando uma redução de R\$338 milhões em relação a dezembro de 2001. Essa redução se deve a melhoria na cobrança e no prazo de recebimento.

## **5 – Atendimento à Instrução 381 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

Em 14 de janeiro de 2003, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Instrução 381, a qual dispõe sobre a divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2002, os auditores independentes que prestam serviço para a Embratel e suas controladas foram contratados para alguns serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. Tais serviços foram substancialmente contratados entre setembro e outubro de 2002, e referiram-se principalmente a coleta, crítica e compilação de dados preparados pelas áreas da empresa e/ou por terceiros, não envolvendo expressão de opinião ou qualquer outra expressão formal de julgamento por parte dos auditores externos com relação às informações coletadas.

Os referidos serviços adicionais contratados montaram em aproximadamente R\$680 mil e corresponderam a mais do que 5% do valor total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A Sociedade tem como procedimento envolver previamente o seu Departamento Jurídico na avaliação do objeto de serviços a serem prestados pelos auditores externos em adição ao exame das demonstrações financeiras, para concluir, à luz das legislações pertinentes, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes.

## **6 – Investimentos**

A empresa investiu R\$1,0 bilhão em 2002. Os investimentos foram assim segmentados: acesso e infra-estrutura local - 24,6%; serviços de dados e Internet - 16,9%; infra-estrutura de rede - 9,8%; outros - 32,0% e Star One - 16,7%.

## **7 – Compromissos com a ANATEL**

A empresa cumpriu, em 2002, todas as metas de qualidade estipuladas pela Anatel. A taxa de Completamento de Chamadas se manteve, em média, acima dos 65% e a Taxa de Congestionamento (CO) se manteve, em média, abaixo de 6%.

## **8 – Recursos Humanos**

A Embratel encerrou 2002 com um quadro de pessoal de 12.010 funcionários, dos quais 7.106 são da própria Embratel Operadora, 187 são da *Star One* e 4.717 pertencem a *BrasilCenter*.

Em 2002, houve um pequeno acréscimo no quadro de funcionários da *BrasilCenter*, empresa não terceirizada, responsável pelo serviço de atendimento da Embratel. Isto se deve primordialmente ao esforço de cobrança junto aos inadimplentes, correção cadastral e ao trabalho de fidelização de clientes com campanhas como as de débito automático e planos alternativos. Os funcionários da *BrasilCenter* ocupam 2.099 posições de atendimento.

A Embratel está continuamente renovando sua força de trabalho, acrescentando novos talentos e adequando o perfil de suas equipes às novas necessidades de mercado. Ao final de 2002, implementou um programa de demissão incentivada para funcionários já em idade de aposentadoria.

A Embratel mantém um Programa de Qualidade de Vida - o Feliz da Vida - que pelo segundo ano consecutivo recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida, destacando a Embratel entre aquelas empresas que possuem consciência sobre a importância do bem-estar dos seus funcionários para o sucesso da organização.

## **9 - Agradecimentos**

Finalizando, agradecemos aos Acionistas, Clientes, Governos, Fornecedores e Instituições Financeiras pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho apresentados.

A Administração

Rio de Janeiro, 17 de março de 2003.

# ***Embratel*** ***Participações S.A.***

*Demonstrações Financeiras para os Exercícios  
Findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001  
e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Embratel Participações S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual (controladora) e consolidado, da Embratel Participações S.A. e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da sociedade e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Embratel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações financeiras, individuais (controladora) e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, em 15 de fevereiro de 2002.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2003.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº. SP 011609 S/RJ

Francisco Papellás Filho  
Contador  
CRC nº. 1-SP-127.815-S-RJ

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais)

---

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<b>CIRCULANTE</b>		<u>49.114</u>	<u>49.236</u>	<u>3.164.880</u>	<u>3.377.607</u>
Disponibilidades	12	20.167	20.875	886.991	652.153
Contas a receber de serviços	13	-	-	1.590.996	1.929.278
Tributos diferidos e a recuperar	14	28.947	28.361	437.838	606.191
Outros ativos		-	-	249.055	189.985
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<u>12.516</u>	<u>12.516</u>	<u>1.496.032</u>	<u>899.031</u>
Tributos diferidos e a recuperar	14	-	-	1.185.636	490.604
Depósitos judiciais		12.516	12.516	270.011	341.562
Outros ativos		-	-	40.385	66.865
<b>PERMANENTE</b>		<u>4.717.786</u>	<u>5.344.538</u>	<u>8.184.696</u>	<u>8.181.438</u>
Investimentos	15	4.717.786	5.344.538	267.042	169.627
Imobilizado	16	-	-	7.795.867	7.849.429
Diferido	17	-	-	121.787	162.382
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>4.779.416</u>	<u>5.406.290</u>	<u>12.845.608</u>	<u>12.458.076</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais)

<u>PASSIVO</u>	Notas	Controladora		Consolidado	
		<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
CIRCULANTE		<u>46.192</u>	<u>46.187</u>	<u>5.032.843</u>	<u>3.497.864</u>
Pessoal, encargos e benefícios sociais		-	2	118.075	99.202
Contas a pagar e despesas provisionadas	18	81	1	1.680.690	1.569.123
Impostos, taxas e contribuições	19	22.635	22.606	252.284	450.308
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	23.466	23.565	37.720	30.240
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	2.566.482	1.079.953
Provisão para contingências	21	-	-	53.378	33.573
Participação de empregados nos resultados		-	-	42.113	22.610
Passivo atuarial - Telos	22	-	-	63.973	61.506
Controladas e coligadas	24	-	3	96.671	39.091
Outras obrigações		10	10	121.457	112.258
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>13.431</u>	<u>13.431</u>	<u>2.747.000</u>	<u>3.236.877</u>
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	2.325.453	2.648.157
Passivo atuarial - Telos	22	-	-	338.982	358.343
Impostos, taxas e contribuições	19	12.516	12.516	55.557	229.462
Recursos capitalizáveis e outras obrigações		<u>915</u>	<u>915</u>	<u>27.008</u>	<u>915</u>
RECEITAS ANTECIPADAS		-	-	<u>121.889</u>	<u>132.038</u>
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		-	-	<u>224.083</u>	<u>244.625</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	<u>4.719.793</u>	<u>5.346.672</u>	<u>4.719.793</u>	<u>5.346.672</u>
Capital social realizado		2.273.913	2.273.913	2.273.913	2.273.913
Reserva de lucros		1.912.113	1.912.113	1.912.113	1.912.113
Ações em tesouraria		(41.635)	(41.101)	(41.635)	(41.101)
Lucros acumulados		<u>575.402</u>	<u>1.201.747</u>	<u>575.402</u>	<u>1.201.747</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>4.779.416</u>	<u>5.406.290</u>	<u>12.845.608</u>	<u>12.458.076</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2002	2001	2002	2001
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Serviços de telecomunicações		-	-	9.217.872	10.052.001
Deduções da receita bruta		-	-	(2.110.794)	(2.591.045)
Receita operacional líquida	5	-	-	7.107.078	7.460.956
Custo dos serviços prestados	6	-	-	(4.736.435)	(4.954.802)
Lucro bruto		-	-	2.370.643	2.506.154
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(629.850)	(542.380)	(2.154.675)	(2.570.505)
Comercialização dos serviços	7	-	-	(1.076.085)	(1.579.596)
Gerais e administrativas	8	(3.158)	(3.216)	(1.109.119)	(987.958)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	30.529	(2.951)
Resultado de equivalência patrimonial		(626.692)	(539.164)	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(629.850)	(542.380)	215.968	(64.351)
Resultado financeiro	9	3.640	1.711	(1.465.828)	(636.500)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(626.210)	(540.669)	(1.249.860)	(700.851)
Resultado Extraordinário - ILL	11	-	-	198.131	-
Outras receitas (despesas) não operacionais, líquidas	10	(58)	(29)	10.989	(75.902)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(626.268)	(540.698)	(1.040.740)	(776.753)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	11	(77)	(4.059)	414.196	222.088
Participação minoritária		-	-	(8.611)	(5.526)
PREJUÍZO ANTES DA REVERSÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(626.345)	(544.757)	(635.155)	(560.191)
Reversão de juros sobre capital próprio		-	-	8.813	6.520
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	23	(626.345)	(544.757)	(626.342)	(553.671)
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (LOTES DE MIL)		332.629.361	332.932.361		
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES		(1,88)	(1,64)		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001  
(Em milhares de reais)

	Controladora					Total
	Capital social realizado	Reservas de lucros	Reserva de lucros a realizar	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	2.134.427	190.491	1.721.622	(41.475)	2.077.105	6.082.170
Aumento do capital social com lucros acumulados	139.486	-	-	-	(139.486)	-
Alienação (recompra) de ações - Nota 23.f	-	-	-	374	(65)	309
Ajustes do exercício anterior - Plano de Assistência Médica para Aposentados (Deliberação CVM nº 371) - Nota 22	-	-	-	-	(191.050)	(191.050)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(544.757)	(544.757)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	2.273.913	190.491	1.721.622	(41.101)	1.201.747	5.346.672
Recompra de ações	-	-	-	(534)	-	(534)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(626.345)	(626.345)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	<u>2.273.913</u>	<u>190.491</u>	<u>1.721.622</u>	<u>(41.635)</u>	<u>575.402</u>	<u>4.719.793</u>
		<u>1.912.113</u>				

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
ORIGENS DE RECURSOS:				
Das operações -				
Prejuízo do exercício	(626.345)	-	(626.342)	(553.671)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante -				
Participações minoritárias	-	-	8.611	5.526
Depreciação	-	-	1.075.128	998.368
Amortizações	-	-	67.040	63.263
Variações monetárias e cambiais e outros encargos sobre o exigível a longo prazo	-	-	1.458.740	236.279
Variações monetárias e cambiais e outras receitas sobre o realizável a longo prazo	-	-	-	120
Variação cambial sobre o investimento	-	-	(97.317)	(26.983)
Realização da receita antecipada	-	-	(19.132)	(26.767)
Baixa de investimento	60	-	-	-
Prejuízo na alienação de imobilizado	-	-	5.887	76.398
Resultado dos contratos de "hedge" de longo prazo	-	-	(228.536)	142.556
Imposto de renda e contribuição social diferidos de longo prazo	-	-	(696.869)	(168.590)
Atualizações atuariais – Plano Médico	-	-	(16.736)	-
Resultado de equivalência patrimonial	626.692	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	(26.445)	(22.667)
	<u>407</u>	<u>-</u>	<u>904.029</u>	<u>723.832</u>
De terceiros-				
Aumento do exigível a longo prazo-				
Impostos, taxas e contribuições	-	-	861	61.844
Empréstimos e financiamentos	-	-	722.585	1.712.118
Passivo atuarial - Telos (Nota 22)	-	-	-	193.424
Outras obrigações	-	12.516	26.093	-
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	-	-	44.075	273.778
Transferência do investimento para o diferido na incorporação da Acessionet (Nota 17)	-	-	-	202.978
Efeito do processo de incorporação ocorrido na controlada Star One	-	-	-	8.914
Efeito do processo de incorporação ocorrido na controlada Star One – minoritários	-	-	-	27.221
Redução do realizável a longo prazo	-	-	181.220	-
Efeito na controladora sobre ajuste no patrimônio da controlada (Nota 22)	-	191.050	-	-
Alienação de imobilizado	-	-	5.766	7.938
Aumento das receitas antecipadas	-	-	8.983	48.178
Alienação de ações	-	374	-	374
Outros	-	<u>129</u>	<u>1.479</u>	<u>-</u>
Total das origens de recursos	<u>407</u>	<u>204.069</u>	<u>1.895.091</u>	<u>3.260.599</u>

(continua)

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS:				
Nas operações -				
Prejuízo do exercício	-	544.757	-	-
Despesas que não afetam o capital circulante -				
Resultado de equivalência patrimonial	-	(539.164)	-	-
	-	5.593	-	-
Aumento do realizável a longo prazo	-	6.933	125.427	436.944
Redução do exigível a longo prazo -				
Impostos, taxas e contribuições	-	-	173.122	-
Adições ao investimento	-	-	98	17.270
Adições ao imobilizado	-	-	1.034.700	1.465.008
Transferência do investimento para o diferido na incorporação da Acessionet (Nota 17)	-	-	-	202.978
Dividendos/juros sobre o capital próprio propostos	-	-	23.728	-
Efeitos de minoritários no aumento de capital na controlada Star One	-	-	5.425	-
Recompra de ações	534	65	534	65
Ajuste de exercício anterior (Nota 22)	-	191.050	-	191.050
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	-	-	2.279.763	855.065
Total das aplicações de recursos	<u>534</u>	<u>203.641</u>	<u>3.642.797</u>	<u>3.168.380</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
	<u>(127)</u>	<u>428</u>	<u>(1.747.706)</u>	<u>92.219</u>
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:				
ATIVO CIRCULANTE:				
No início do exercício	49.236	249.202	3.377.607	3.399.485
No fim do exercício	<u>49.114</u>	<u>49.236</u>	<u>3.164.880</u>	<u>3.377.607</u>
	(122)	(199.966)	(212.727)	(21.878)
PASSIVO CIRCULANTE:				
No início do exercício	46.187	246.581	3.497.864	3.611.961
No fim do exercício	<u>46.192</u>	<u>46.187</u>	<u>5.032.843</u>	<u>3.497.864</u>
	5	(200.394)	1.534.979	(114.097)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
	<u>(127)</u>	<u>428</u>	<u>(1.747.706)</u>	<u>92.219</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001 (Valores em milhares, exceto quando mencionado)

---

#### 1. OPERAÇÕES E HISTÓRICO

A Embratel Participações S.A. (“Sociedade”) foi constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, e com base no Decreto nº 2.546, de 14 de abril de 1998, resultante da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, cujo protocolo foi aprovado em Assembléia de Acionistas realizada em 22 de maio de 1998. O laudo de avaliação foi elaborado com data-base de 28 de fevereiro de 1998.

O Governo Federal vendeu a participação de 19,26% na Embratel Participações S.A. em leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1998, sendo esta adquirida pela Startel Participações Ltda. (subsidiária brasileira da WorldCom).

A Embratel Participações S.A. detém 98,8% do capital social da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – Embratel, empresa prestadora dos serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, em consonância com os termos da concessão outorgada pelo Governo Federal, a qual expirará em 31 de dezembro de 2005, podendo ser renovada por um período de 20 anos.

Os negócios da Sociedade e suas controladas são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, o órgão regulador da indústria brasileira de telecomunicações, conforme estabelecido na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos.

Em 15 de agosto de 2002, a controlada Embratel obteve autorização da Anatel, por prazo indeterminado, à prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral – STFC, na modalidade de serviço local, nas áreas de prestação equivalentes às regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas, as quais, em conjunto, cobrem todo o território nacional. A controlada Embratel começou a efetivamente prestar tal serviço em dezembro de 2002.

A controlada Embratel constituiu, em 1º de Novembro de 2000, a Star One S.A. para gerir as operações de satélites, constituindo-se no principal provedor brasileiro de "transponders" para serviços de radiocomunicação, tais como: (i) serviços de rede; (ii) serviços de telecomunicações ponto a ponto; e (iii) difusão de programação de rádio e televisão. Na data da constituição, todas as condições relativas aos direitos e obrigações de exploração dos satélites brasileiros foram transferidas para a Star One, que passou a ser detentora da licença para provimento dos referidos serviços até 31 de dezembro de 2005, sem ônus, exceto quando descrito, renováveis por 15 anos.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2002 e 2001 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a. Disponibilidades

Referem-se a depósitos bancários e investimentos temporários de alta liquidez, a serem mantidos até suas datas de vencimento. Estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, limitados ao valor de mercado, quando aplicável.

### b. Contas a Receber de Serviços

Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, bem como valores a receber pela prestação de serviços de dados e outros serviços.

Foi constituída provisão para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

### c. Saldos em Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira estão registrados pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica Resultado Financeiro, quando incorridos. Os efeitos das variações cambiais estão detalhados na Nota 9.

### d. Investimentos

Referem-se substancialmente a participações em controladas e são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos referem-se, principalmente, às participações nas empresas de satélites Intelsat, Inmarsat e New Skies, registradas pelo custo de aquisição, reconhecidos os montantes de variação cambial, e deduzidos de provisão para perdas prováveis, quando aplicável.

e. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação acumulada.

As taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos ativos. As principais taxas aplicadas estão divulgadas na Nota 16.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), enquanto os demais são debitados ao resultado. Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos vinculados a obras em andamento são registrados no imobilizado.

Conforme descrito na Nota 16, os bens adquiridos através de contratos de leasing são imobilizados, em contrapartida ao valor do passivo correspondente. Os valores dos passivos destas operações são atualizados por juros estabelecidos em contratos e pela variação cambial, quando aplicável.

f. Diferido

Refere-se a ágio pago na aquisição da incorporada Acessionet Ltda., o qual está sendo amortizado em 5 (cinco) anos (Nota 17).

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação cambial ou monetária e pelos juros incorridos até a data do balanço, conforme os termos definidos contratualmente.

h. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício são contabilizados pelo regime de competência. Os impostos diferidos são constituídos sobre as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, conforme demonstrado nas Notas 11, 14 e 19, no pressuposto de sua realização futura.

i. Provisão para Contingências

Está atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 21.

j. Passivo Atuarial - Telos

As controladas Embratel e Star One patrocinam uma entidade para administrar os fundos de pensão e outros benefícios de aposentadoria para seus empregados (Nota 22). As contribuições para os planos são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência.

Em atendimento a deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, os passivos atuariais foram integralmente reconhecidos nas demonstrações financeiras a partir de 31 de dezembro de 2001.

k. Receitas Antecipadas

Referem-se a receitas antecipadas na venda de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do período de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

l. Reconhecimento das Receitas

As receitas dos serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência, reduzidas de provisão para questionamentos e erros. As receitas dos serviços internacionais incluem receitas geradas pelos acordos entre a controlada Embratel e as entidades estrangeiras de telecomunicações. Esses acordos definem taxas pagas pela controlada às entidades estrangeiras pela utilização dos equipamentos para completar as ligações faturadas fora do Brasil. As receitas relacionadas às ligações internacionais são registradas mensalmente, líquidas dos valores a serem pagos às entidades estrangeiras.

m. Resultado Financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência.

n. Participação de Empregados nos Resultados

As controladas Embratel e Star One constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas empresariais e individuais, e cujo pagamento está sujeito à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas. Por conta do Ofício-Circular CVM/SEP/SNC/Nº 01/2003, de 16 de janeiro de 2003, as Sociedades reclassificaram esta despesa na demonstração do resultado do exercício, passando a mesma a compor o saldo das despesas operacionais. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2001 também foi reclassificado para fins de melhor comparabilidade.

o. Participação Minoritária

Refere-se a participações de terceiros nas controladas Embratel e Star One.

p. Prejuízo por Lote de Mil Ações

O prejuízo por lote de mil ações está calculado com base no número de ações em circulação nas datas dos balanços.

q. Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração faça uso de estimativas e premissas relacionadas com o registro e divulgação de ativos, passivos, receitas e despesas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas e premissas utilizadas.

#### 4. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários no resultado e no patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2002 e 2001 incluem as demonstrações financeiras da Embratel Participações S.A. e de suas controladas, direta ou indiretamente, como segue:

	<u>Capital social/votante</u>	
	<u>Participação direta e/ou indireta (%)</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel	98,8	98,8
BrasilCenter Comunicações Ltda.	100,0	100,0
Embratel Americas, Inc.	100,0	100,0
Star One S.A.	80,0	80,0
Ponape Telecomunicações Ltda.	100,0	100,0
Palau Telecomunicações Ltda.	100,0	100,0
Embratel Clearinghouse Ltda.	100,0	100,0
Embratel Internacional S.A.	100,0	100,0
Embratel Uruguay S.A. <sup>(1)</sup>	100,0	-
Gollum Investments, Inc. <sup>(2)</sup>	100,0	-
Embratel Soluções Ltda. <sup>(3)</sup>	-	100,0

(1) Em 18 de abril de 2002, a controlada Embratel adquiriu a empresa Embratel Uruguay S.A. em Montevidéu - Uruguai, cujo objetivo é operar, explorar e prover serviços de telecomunicações.

(2) Em 16 de dezembro de 2002, a controlada Embratel criou a empresa Gollum Investments, Inc., em Delaware - Estados Unidos da América, que tem como objetivo investir e/ou controlar investimentos.

(3) A Embratel Soluções Ltda. encerrou suas operações em abril de 2002.

## 5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Área de voz -		
Longa distância nacional	4.356.796	4.555.279
Longa distância internacional	<u>666.714</u>	<u>857.072</u>
	5.023.510	5.412.351
Área de dados -		
Clientes corporativos e outros	1.756.507	1.691.099
Clientes - outras operadoras de telecomunicações	<u>75.932</u>	<u>123.630</u>
	1.832.439	1.814.729
Outros serviços	<u>251.129</u>	<u>233.876</u>
Total	<u><u>7.107.078</u></u>	<u><u>7.460.956</u></u>

## 6. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Remuneração de meios interconexão/facilidades	(3.274.291)	(3.567.487)
Depreciação e amortização	(981.351)	(929.201)
Pessoal	(228.045)	(229.972)
Serviços de terceiros (*)	(204.281)	(161.124)
Outros	<u>(48.467)</u>	<u>(67.018)</u>
Total	<u><u>(4.736.435)</u></u>	<u><u>(4.954.802)</u></u>

(\*) Referem-se, substancialmente, a manutenção de equipamentos de telecomunicações e a serviços públicos (energia elétrica).

As despesas relacionadas à remuneração de meios referem-se aos custos junto às companhias de telefonia fixa local pelo uso de linhas de circuitos privados e custos de interconexão pagos pela controlada Embratel às companhias regionais de telefonia fixa, de acordo com o regime de interconexão determinado pela Resolução nº 33, que passou a vigorar em 1º de abril de 1998.

## 7. COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Provisão para devedores duvidosos	(627.136)	(1.155.498)
Pessoal	(246.668)	(227.495)
Serviços de terceiros (*)	(188.331)	(176.643)
Depreciação e amortização	(3.484)	(2.882)
Outros	<u>(10.466)</u>	<u>(17.078)</u>
Total	<u>(1.076.085)</u>	<u>(1.579.596)</u>

(\*) Referem-se, substancialmente, a despesas com marketing e propaganda, assessoria e consultoria.

## 8. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Serviços de terceiros (*)	(585.085)	(442.127)
Tributos	(163.521)	(180.700)
Pessoal	(134.514)	(162.749)
Depreciação e amortização	(157.333)	(129.548)
Participação de empregados nos resultados	(31.302)	(18.156)
Outros	<u>(37.364)</u>	<u>(54.678)</u>
Total	<u>(1.109.119)</u>	<u>(987.958)</u>

(\*) Referem-se a gastos com manutenção, conservação e limpeza, serviços públicos, impressão e postagem de contas telefônicas, auditoria e consultoria.

## 9. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Receitas financeiras -				
Receitas com aplicações financeiras	3.640	1.925	181.622	92.021
Variações monetárias ativas	-	-	396	260
Variações cambiais ativas	-	-	<u>337.175</u>	<u>100.176</u>
Subtotal	<u>3.640</u>	<u>1.925</u>	<u>519.193</u>	<u>192.457</u>
Despesas financeiras -				
Despesas com operações financeiras	-	(214)	(346.390)	(273.343)
Juros sobre capital próprio	-	-	(8.813)	(6.520)
Variações monetárias passivas	-	-	(41.652)	(41.710)
Variações cambiais passivas	-	-	<u>(1.588.166)</u>	<u>(507.384)</u>
Subtotal	-	<u>(214)</u>	<u>(1.985.021)</u>	<u>(828.957)</u>
Total	<u>3.640</u>	<u>1.711</u>	<u>(1.465.828)</u>	<u>(636.500)</u>

Em 2002, o real acumulou desvalorização de 52,27% (18,67% em 2001) em relação à cotação do dólar norte-americano, tendo a Sociedade apurado, por conta disso, despesa com variação cambial no valor de R\$1.588.166 (R\$507.834 em 2001) no referido exercício,

líquida dos resultados oriundos dos contratos de "hedge", apurados no ano, no valor de R\$703.474 (R\$80.747 em 2001).

## 10. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Receitas -		
Alienação de bens do ativo permanente	5.766	7.938
Consórcios internacionais	6.888	40
Aluguel de infra-estrutura para terceiros	14.495	10.354
Outras	3.193	6.135
Despesas -		
Baixa de bens do ativo permanente	(11.653)	(84.336)
Patrocínios/incentivos à cultura (Lei Rouanet)	(6.899)	(11.491)
Outras	<u>(801)</u>	<u>(4.542)</u>
Total	<u>10.989</u>	<u>(75.902)</u>

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A controladora e suas controladas estão sujeitas à tributação do imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e da contribuição social sobre o lucro - CSSL com base no lucro real, e optaram pelo pagamento destes tributos pela sistemática de estimativa mensal. Conforme previsto na legislação vigente, o pagamento mensal por estimativa é suspenso ou reduzido quando os valores apurados por este critério excedem aos calculados com base no lucro real acumulado do período em curso, através de balanços levantados para este fim (balanço de suspensão). As parcelas de antecipação do IRPJ e da CSSL são contabilizadas sob as rubricas Imposto de Renda - Estimativa e Contribuição Social - Estimativa, sendo, para fins de apresentação nas demonstrações financeiras, consideradas como redutoras dos respectivos saldos a pagar destes tributos (veja Nota 19).

A legislação tributária introduzida em 1995 (Lei nº 8.981) restringiu a compensação dos prejuízos fiscais acumulados e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro a 30% (trinta por cento) dos lucros tributáveis gerados em cada período-base. Em 31 de dezembro de 2002, a controlada Embratel possuía R\$1.079.118 de prejuízos fiscais e R\$949.040 de base negativa de contribuição social (em 31 de dezembro de 2001, R\$113.667 de prejuízos fiscais e R\$2.403 de base negativa de contribuição social).

### 11.1 - Receitas (Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de imposto de renda e contribuição social é composta da despesa corrente, apurada no ano e calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, e da diferida, correspondente ao efeito dos impostos sobre as diferenças temporárias originadas ou realizadas no ano e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos apurada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 totalizou R\$437.327 e R\$244.572, respectivamente (consolidado), e é resultante do cálculo desses impostos sobre provisão para devedores duvidosos, prejuízos fiscais, tributos e outras despesas temporariamente indedutíveis, assim como receitas temporariamente não tributáveis (Nota 14).

## Composição das Receitas (Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Corrente -				
Contribuição social	(27)	(35)	(6.123)	(4.877)
Imposto de renda	<u>(50)</u>	<u>(5.896)</u>	<u>(17.008)</u>	<u>(17.607)</u>
Total corrente	<u>(77)</u>	<u>(5.931)</u>	<u>(23.131)</u>	<u>(22.484)</u>
Diferido -				
Contribuição social	-	487	115.696	66.410
Imposto de renda	<u>-</u>	<u>1.385</u>	<u>321.631</u>	<u>178.162</u>
Total diferido	<u>-</u>	<u>1.872</u>	<u>437.327</u>	<u>244.572</u>
Total	<u>(77)</u>	<u>(4.059)</u>	<u>414.196</u>	<u>222.088</u>

A despesa corrente de imposto de renda e contribuição social, apresentada nos resultados consolidados de 2002 e 2001, é substancialmente oriunda da controlada Star One.

### 11.2 - Conciliação das Receitas (Despesas) Tributárias com as Alíquotas Nominais

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Prejuízo antes de impostos, participação minoritária e reversão de juros sobre capital próprio	<u>(626.268)</u>	<u>(540.698)</u>	<u>(1.040.740)</u>	<u>(776.753)</u>
Receita de contribuição social à alíquota nominal	56.364	48.663	93.667	69.908
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva-				
Constituição do crédito sobre receita internacional isenta	-	-	-	2.261
CSSL sobre amortização de ágio na incorporação	-	-	(2.380)	(2.380)
Encargos financeiros não dedutíveis	-	-	4.981	(4.981)
Resultado favorável em causa tributária – ILL	-	-	12.961	-
Adições e exclusões permanentes diversas (*)	<u>(56.391)</u>	<u>(48.211)</u>	<u>344</u>	<u>(3.275)</u>
Crédito (despesa) de CSSL na demonstração do resultado	<u>(27)</u>	<u>452</u>	<u>109.573</u>	<u>61.533</u>
Receita de imposto de renda à alíquota nominal	156.567	135.175	260.185	194.188
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva-				
IRPJ sobre amortização de ágio na incorporação	-	-	(6.611)	(6.611)
Encargos financeiros não dedutíveis	-	-	13.837	(13.837)
Resultado favorável em causa tributária – ILL	-	-	36.002	-
Adições e exclusões permanentes diversas (*)	<u>(156.617)</u>	<u>(139.686)</u>	<u>1.210</u>	<u>(13.185)</u>
Crédito (despesa) de IRPJ na demonstração do resultado	<u>(50)</u>	<u>(4.511)</u>	<u>304.623</u>	<u>160.555</u>
Total geral	<u>(77)</u>	<u>(4.059)</u>	<u>414.196</u>	<u>222.088</u>

(\*) Adições e exclusões permanentes na controladora substancialmente referentes à equivalência patrimonial.

A provisão para imposto de renda foi constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% previsto em lei. A contribuição social, por sua vez, foi calculada à alíquota de 9%.

a. Recuperação do Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

De 1989 a 1992, o Governo Federal manteve a cobrança de um imposto sobre a distribuição do lucro líquido (ILL - Imposto sobre o Lucro Líquido). Nesse período, a Sociedade pagou regularmente tal imposto, de acordo com a legislação fiscal então vigente. Em 1996, o Supremo Tribunal Federal, em ação específica, julgou o ILL inconstitucional, entendendo que os lucros não-distribuídos não representam evento tributável. Esta decisão criou jurisprudência, estimulando outros contribuintes a ingressar na Justiça para tal pleito. Em 1999, a Sociedade entrou com recurso e lhe foi concedida uma liminar para obtenção do crédito do ILL. Esse montante foi compensado com o IRPJ devido do período de maio de 1999 a julho de 2001. Na realização de tal compensação, a Sociedade não registrou a referida receita, pois o processo ainda iria para instância superior para a decisão final. Em março de 2001, o nível judicial secundário (Tribunal Regional Federal) confirmou os referidos procedimentos. Em maio de 2002, a instância administrativa judicial decidiu que o ganho com o ILL não seria tributável, uma vez que seu pagamento, efetuado desde 1989 até 1992, não era tratado como despesa. Considerando que o Supremo Tribunal não está mais aceitando apelações para esta ação, a Sociedade decidiu reconhecer como receita extraordinária os montantes abaixo destacados:

	<u>Consolidado</u> <u>2002</u>
Reversão pelo ganho de causa – ILL (principal e atualizações monetárias)	144.006
Reversão de juros passivos	<u>54.125</u>
Total	<u>198.131</u>

12. DISPONIBILIDADES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Caixa e bancos	33	107	268.837	292.932
Aplicações financeiras no exterior	-	-	292.164	136.356
Títulos e valores mobiliários	<u>20.134</u>	<u>20.768</u>	<u>325.990</u>	<u>222.865</u>
Total	<u>20.167</u>	<u>20.875</u>	<u>886.991</u>	<u>652.153</u>

Os títulos e valores mobiliários são representados, principalmente, por títulos de renda fixa. As aplicações no exterior são oriundas de valores de tráfego mútuo recebidos das entidades operadoras de telecomunicações no exterior e convertidas em aplicações de curto prazo.

### 13. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS

	Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Serviços de voz	2.676.977	2.529.338
Dados, empresas de telecomunicações e outros serviços	585.377	596.490
Administradoras estrangeiras	<u>319.126</u>	<u>255.519</u>
Subtotal	3.581.480	3.381.347
Provisão para devedores duvidosos	<u>(1.990.484)</u>	<u>(1.452.069)</u>
Total	<u>1.590.996</u>	<u>1.929.278</u>

Em regra geral, a Sociedade monitora o seu contas a receber em atraso e inicia o reconhecimento de provisão para devedores duvidosos a partir do primeiro dia de atraso, aumentando a parcela provisionada conforme o atraso vai se prolongando. O saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 refere-se substancialmente a clientes usuários do serviço de voz em atraso há mais de 120 dias.

Durante o ano de 2001, a Sociedade presenciou uma deterioração significativa das cobranças de contas vencidas, o que resultou numa provisão para devedores duvidosos de R\$1.155.498, representando um aumento substancial em relação a 2000, quando a provisão para devedores duvidosos foi de R\$362.878.

Até o final de 2001, a controlada Embratel encontrou obstáculos importantes para o cancelamento de serviços a pessoas ou entidades periodicamente inadimplentes, até que conseguiu finalmente obter a capacidade necessária para instituir medidas de gerenciamento que impedissem práticas abusivas, que deterioravam suas contas a receber. Como resultado, de 30.000 linhas bloqueadas em março de 2001 pelo uso indevido dos serviços, esse número aumentou para 1,8 milhão no final do ano de 2001.

Porém, o referido gerenciamento não garantiu a melhoria imediata da cobrança pois, embora alguns clientes inadimplentes começaram a pagar suas contas, uma boa parte continuou não o fazendo. A controlada Embratel acreditava que, uma vez impossibilitados de fazer uso dos serviços de voz de longa distância, os clientes inadimplentes procurariam rapidamente liquidar suas dívidas, o que não se confirmou. Como resultado, a Sociedade teve que rever as estimativas do valor realizável dos seus recebíveis e aumentar a provisão no final de 2001.

Os seguintes fatores contribuíram para aumentar de forma significativa os valores incobráveis:

- a) Grande e rápido aumento no número de linhas de telefonia fixa e celular, aumentando o número de usuários dos serviços e, conseqüentemente, a probabilidade de contas incobráveis;

- b) Ausência de registro prévio dos clientes para uso da telefonia de longa distância – a regulamentação do setor no Brasil não permite que haja uma limitação prévia de crédito mesmo que uma verificação do histórico de crédito do usuário mostre um perfil de inadimplência. Além disso, não requer qualquer verificação de nome, endereço ou outra identificação, previamente à concessão de acesso ao serviço de telefonia de longa distância da empresa. Embora as empresas de telefonia fixa sejam obrigadas a fornecer essas informações cadastrais à controlada Embratel, a qualidade das informações fornecidas muitas vezes é inconsistente, limitando a faculdade de faturar com precisão e efetuar a cobrança dos usuários. Como resultado, os clientes têm acesso ao serviço de longa distância da controlada Embratel sem qualquer garantia prévia de que os mesmos são usuários legítimos e pagantes. Somente após a apresentação da fatura ao cliente e iniciação dos procedimentos de cobrança se tem a condição de determinar a capacidade de pagamento do usuário. Procedimentos de bloqueio são então implantados em conjunto com outras medidas de gerenciamento das chamadas na tentativa de recuperação dos valores faturados;
- c) Deterioração da capacidade de pagamento do mercado de uma forma geral verificada em 2001 - de 2000 a 2001 a incidência de inadimplência de clientes cresceu, em todo o Brasil, em 15%, segundo relatório da SERASA; e
- d) Significativa representatividade dos impostos sobre a receita bruta no Brasil - nos serviços de voz de longa distância, a carga tributária é de, aproximadamente, 42% do valor cobrado aos consumidores, incluindo ICMS, PIS e COFINS. O Governo cobra esses impostos independentemente do fato do usuário pagar ou não pela chamada. Não há nenhum dispositivo na lei existente para que o Governo reembolse impostos sobre contas não cobradas. Em consequência, aproximadamente 42% da conta de dívidas incobráveis em 2001 representa valores de impostos que já foram pagos aos governos do estado e federal.

Em 2002, a Sociedade continuou investindo significativamente em medidas para melhorar o nível de cobrança, bem como no gerenciamento efetivo das chamadas, para assegurar que os clientes inadimplentes não fizessem uso da rede. Estes investimentos possibilitaram uma redução nos gastos com devedores duvidosos na ordem de R\$528.000 em 2002, se comparados ao ano de 2001.

No final do primeiro trimestre de 2002, o número de linhas bloqueadas aumentou para 3,1 milhões. Foi também concluída, em março de 2002, a instalação de um novo sistema de cobrança, conhecido como "CACS - Computer Assisted Collection System", o qual proporciona melhores informações sobre as cobranças e contas vencidas. Também ainda dentro do primeiro trimestre de 2002, foi implementado um novo sistema de bloqueio de chamada, conhecido como "Infusion", o qual aprimora a faculdade de filtrar as chamadas. Atualmente, todas as chamadas que passam pelas centrais de comutação são filtradas por um banco de dados centralizado, que instrui a central de comutação sobre como tratar a chamada. As chamadas efetuadas e a cobrar para um número inadimplente podem ser interrompidas. Adicionalmente, essas chamadas podem agora ser automaticamente encaminhadas, de forma seletiva, à uma central de chamadas, para que se possa solicitar informações adicionais ao cliente antes de completar as chamadas.

Esse conjunto de sistemas deu à Sociedade um alto grau de capacidade para o gerenciamento de chamadas e da cobrança, o que possibilitou uma melhoria na arrecadação.

Também em 2002, a Sociedade firmou contratos de co-faturamento com outras operadoras de telecomunicações. O co-faturamento consiste em enviar a cobrança do serviço prestado pela controlada Embratel na mesma conta onde a outra operadora cobra seus serviços. O co-faturamento é mais uma alternativa de cobrança que a controlada Embratel oferece a seus clientes facilitando-lhes o pagamento. O co-faturamento também pode vir a contribuir para a redução da inadimplência a medida que seu uso seja ampliado.

#### 14. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Tributos diferidos ativos -				
Provisão para baixa de ativo fixo	-	-	17.732	43.708
Prejuízos fiscais	-	-	269.779	28.419
Base negativa de contribuição social	-	-	85.414	216
Provisão para devedores duvidosos	-	-	676.765	493.703
Ágio na aquisição de investimento	-	-	26.974	35.965
Cofins/PIS - temporariamente indedutíveis	1.872	1.872	30.402	89.263
Outros tributos diferidos (provisões)	-	-	145.444	132.900
Imposto de renda retido na fonte	26.979	26.376	75.012	52.410
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	96	113	15.133	22.473
ICMS	-	-	262.564	176.923
Outros	-	-	<u>18.255</u>	<u>20.815</u>
Total	<u>28.947</u>	<u>28.361</u>	<u>1.623.474</u>	<u>1.096.795</u>
Circulante	<u>28.947</u>	<u>28.361</u>	<u>437.838</u>	<u>606.191</u>
Longo prazo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.185.636</u>	<u>490.604</u>

Como parte do acordo de admissão do novo sócio na controlada Star One S.A., em janeiro de 2001 a SES Participações Ltda. (subsidiária brasileira do novo sócio) foi incorporada na referida controlada. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no valor de R\$26.974 em 31 de dezembro de 2002 (R\$35.965 em 31 de dezembro de 2001), são oriundos dessa incorporação, e foram reconhecidos na referida controlada diretamente ao patrimônio líquido, como reserva especial de ágio, conforme previsto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99.

Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

- Prejuízo fiscal e base negativa serão compensados no limite de 30% dos lucros tributáveis de cada exercício.
- Ágio na aquisição de investimento: a realização ocorre proporcionalmente à amortização do ágio da controlada Star One, cujo prazo é de cinco anos.
- Outras diferenças temporárias: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões e da efetiva perda dos créditos considerados de liquidação duvidosa.

Em julho de 2002, foi publicada a instrução CVM nº 371, que estabelece condições cumulativas para registro contábil e manutenção de ativo diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue:

- Apresentação de histórico de rentabilidade através da geração de resultados tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios ou apresentação de ações fundamentadas implementadas para a geração futura de lucro tributável; e
- Apresentação de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros descontados a valor presente com base no prazo previsto de realização, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos.

Esta instrução determina ainda que sejam realizados estudos periódicos para suportar a manutenção dos valores contabilizados.

Estudos realizados pela Sociedade, os quais foram aprovados pelos órgãos da administração e examinados pelo Conselho Fiscal, indicam a plena recuperação dos valores reconhecidos pelas Sociedades controladas dentro do prazo estipulado na referida instrução.

Os estudos técnicos acima mencionados correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Empresa. Nesse sentido, devido a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Sociedade está inserida, poderá haver significativas diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização dos ativos fiscais diferidos registrados na controlada Embratel:

<u>Ano</u>	
2003	175.955
2004	134.663
2005	189.105
2006	129.657
2007	204.339
2008 e 2009	375.696

A Administração da Sociedade está monitorando a evolução do montante de ativo diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Nesse sentido, a Sociedade está ciente que, caso no futuro as análises e projeções venham a indicar que a lucratividade futura não espelha as premissas do estudo formulado, ajustes a estas rubricas contábeis deverão ser considerados. No entanto, determinadas providências já foram ou estão sendo tomadas pela Administração da Sociedade com o intuito de retomar a lucratividade do negócio e, conseqüentemente, assegurar a realização dos créditos tributários, dentre as quais destacamos:

- a. Melhor gerenciamento dos serviços, com intuito de melhorar a qualidade da receita e reduzir os custos de inadimplência (Nota 13);
- b. Entrada no mercado de telefonia local a partir de dezembro de 2002 (Nota 1);
- c. Renegociação da dívida com instituições financeiras (Nota 20); e
- d. Esforços contínuos para redução dos custos operacionais.

## 15. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Participação avaliada pela equivalência patrimonial -		
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	4.717.805	5.344.502
Embratel Soluções Ltda.	-	55
Ponape Telecomunicações Ltda.	10	10
Outros	<u>(29)</u>	<u>(29)</u>
Total	<u>4.717.786</u>	<u>5.344.538</u>

Os detalhes do investimento na controlada Embratel em 31 de dezembro de 2002 e 2001 são como se segue:

	Controlada	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Capital social realizado	2.700.000	2.700.000
Patrimônio líquido	4.776.419	5.410.903
Valor patrimonial da ação (por lote de mil – expresso em reais)	1.011,13	1.145,44
Prejuízo do exercício, após reversão dos juros sobre capital próprio	(634.667)	(545.860)
Quantidade total de ações (lote de mil)	4.723.844	4.723.844
Quantidade de ações possuídas (lote de mil)	4.665.875	4.665.875
Participação direta	98,8%	98,8%
Resultado de equivalência patrimonial	(626.697)	(539.162)
Valor patrimonial do investimento	4.717.805	5.344.502

O saldo consolidado de investimentos, em 31 de dezembro 2002 e 2001, no valor de R\$267.042 e R\$169.627, respectivamente, refere-se substancialmente a participações em empresas internacionais de satélites.

## 16. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado			
		2002		2001	
		Custo	Depreciação acumulada <sup>(3)</sup>	Valor residual	Valor residual
Obras em andamento	-	815.705	-	815.705	1.551.887
Equipamentos de comutação	7,69	1.995.640	(705.486)	1.290.154	952.748
Equipamentos de transmissão	10,00 a 20,00	7.727.919	(3.731.000)	3.996.919	3.880.998
Prédios e canalização	4,00	1.279.754	(645.887)	633.867	642.740
Terrenos	-	189.869	-	189.869	189.660
Outros ativos -	5,00 a 20,00				
Bens de uso geral (1)		584.650	(374.640)	210.010	253.504
Intangíveis (2)		723.413	(263.776)	459.637	292.149
Infra-estrutura de telecomunicações		<u>614.256</u>	<u>(414.550)</u>	<u>199.706</u>	<u>85.743</u>
Total		<u>13.931.206</u>	<u>(6.135.339)</u>	<u>7.795.867</u>	<u>7.849.429</u>

(1) Veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios.

(2) Licenças de uso de software e direitos de uso de passagem.

(3) Em 31 de dezembro de 2002, os bens totalmente depreciados montam R\$1.701.506 (R\$1.451.197 em 31 de dezembro de 2001).

### a. Bens vinculados ao contrato de concessão

O contrato de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, mencionado na nota 1, prevê a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação do serviço objeto da concessão, de modo a garantir a continuidade deste ao final da concessão.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações dispõe que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

### b. Bens adquiridos por leasing financeiro

No primeiro trimestre de 2002, a Sociedade decidiu por passar a immobilizar os ativos adquiridos através de contratos de leasing financeiro, em contrapartida às obrigações correspondentes a tais contratos. Para isso, na data da implementação desta prática, foi efetuado levantamento dos bens adquiridos via leasing, calculada a depreciação acumulada de acordo com o prazo de vida útil estimado dos ativos e apurado o valor do passivo correspondente a tais bens. Esta mudança não causou efeito significativo nas demonstrações financeiras na data de sua implementação.

c. Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2002, a Sociedade possuía imóveis e outros ativos imobilizados, entendidos como não reversíveis, arrolados e/ou nomeados a penhora em processos judiciais, no montante de R\$416.627.

d. Construção do Satélite C-1

A controlada Star One S.A. assinou em 2002 um contrato de construção do satélite C-1. O custo do referido contrato é equivalente a aproximadamente US\$126.105, tendo sido originalmente previsto um prazo de construção de 32 meses, findo em 2005. O montante relacionado a esse contrato, registrado na rubrica obras em andamento em 31 de dezembro de 2002, no valor de R\$115.973, refere-se ao pagamento de 15% dos custos totais estimados do projeto, adicionados de outros custos de construção incorridos até aquela data.

Em novembro de 2002, a controlada Star One e a empresa contratada entraram em acordo para revisão das especificações técnicas do satélite C-1, com intuito de otimizar os ganhos sobre este investimento. Durante o período de revisão dessas especificações técnicas, a empresa contratada trabalhará apenas nos itens não afetados por possíveis alterações. As propostas finais de revisão das especificações em questão, incluindo quaisquer alterações contratuais, bem como no cronograma anteriormente acordado, são esperadas para o final do primeiro trimestre de 2003.

O contrato original prevê que em caso de cancelamento na construção do satélite C-1 a controlada Star One estaria obrigada a restituir a empresa contratada e seus sub-contratados dos custos incorridos até a data do cancelamento, adicionados de 5% e reduzidos dos pagamentos efetuados.

## 17. DIFERIDO

	Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Ágio na aquisição de controlada	202.978	202.978
Amortização acumulada	<u>(81.191)</u>	<u>(40.596)</u>
Valor residual	<u>121.787</u>	<u>162.382</u>

Em 23 de julho de 2001, a controlada Embratel incorporou a até então controlada Acessionet Ltda., transferindo o ágio pago na aquisição da Acessionet, ocorrida em dezembro de 2000, para conta específica do ativo diferido, conforme determinado na Instrução CVM nº 319/99 para os casos em que o ágio pago for fundamentado economicamente, na expectativa de resultados futuros.

## 18. CONTAS A PAGAR E DESPESAS PROVISIONADAS

	Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Fornecedores	1.238.376	1.188.446
Administrações estrangeiras	326.306	275.235
Consignações a favor de terceiros/outras	<u>116.008</u>	<u>105.442</u>
Total	<u>1.680.690</u>	<u>1.569.123</u>

## 19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Tributos indiretos -				
ICMS	-	-	57.479	104.372
PIS/Cofins	17	5	26.583	30.008
PIS/Pasep - exigibilidade suspensa	-	-	114.263	94.176
Cofins - depósito judicial (majoração da alíquota de 2% para 3%)	12.516	12.516	12.801	186.565
ISS	-	-	7.786	8.107
Outros	2	-	19.113	9.882
Tributos sobre a renda -				
IRRF sobre JSCP	22.601	22.601	29.213	22.601
IRPJ - exigibilidade suspensa - Resolução nº 82/92 do Senado Federal (nota 11.2.a)	-	-	-	179.612
IRPJ – estimativa	6	-	306	-
CSSL – estimativa	9	-	(10)	-
Tributos diferidos passivos -				
Lei nº 8.200/91 – correção monetária complementar	-	-	40.307	44.447
Total	<u>35.151</u>	<u>35.122</u>	<u>307.841</u>	<u>679.770</u>
Circulante	<u>22.635</u>	<u>22.606</u>	<u>252.284</u>	<u>450.308</u>
Longo prazo	<u>12.516</u>	<u>12.516</u>	<u>55.557</u>	<u>229.462</u>

Em 1999, a controlada Embratel questionou a mudança introduzida pela Lei nº 9.718/99 que aumentava: (a) a receita tributável para cálculo de PIS e COFINS, incluindo receita financeira e variações cambiais e (b) a alíquota do COFINS de 2% para 3%. Apesar deste questionamento, a controlada Embratel continuou a provisionar o valor total do passivo fiscal e efetuou depósito judicial no período de agosto de 1999 a abril de 2001. A partir de maio de 2001, baseada em jurisprudência, a empresa decidiu descontinuar a prática dos depósitos, passando a recolher PIS e COFINS nos termos da legislação em vigor. Em 29 de agosto de 2002, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 66, que permitiu a liquidação das obrigações fiscais que estavam sendo discutidas judicialmente sem a incidência de multas. A controlada Embratel decidiu então, baseada na referida MP, por liquidar a obrigação em questão, baixando impostos e contribuições provisionados, no valor de R\$173.122, contra os correspondentes depósitos judiciais no mesmo montante.

## 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado			
	2002		2001	
	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Instituições financeiras	4.747.591	135.544	4.883.135	3.694.524
Fornecedores	<u>8.654</u>	<u>146</u>	<u>8.800</u>	<u>33.586</u>
Total	<u>4.756.245</u>	<u>135.690</u>	<u>4.891.935</u>	<u>3.728.110</u>
Circulante	<u>2.430.792</u>	<u>135.690</u>	<u>2.566.482</u>	<u>1.079.953</u>
Longo prazo	<u>2.325.453</u>	<u>-</u>	<u>2.325.453</u>	<u>2.648.157</u>

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras foram substancialmente contratados em moeda estrangeira, sendo que parte dessa dívida está protegida contra a desvalorização do real por meio de operações de "swap" (Nota 26), conforme demonstrado abaixo:

	<u>Montante</u>	<u>%</u>	<u>Custo médio da dívida</u>	<u>Prazo</u>
Curto prazo -				
Dívida "hedgeada" (valor nocional)	1.599.623	62,3	99,11% CDI a.a.	De janeiro a dezembro de 2003
Dívida "não-hedgeada"	<u>966.859</u>	<u>37,7</u>	7,26% a.a. em moeda estrangeira (i)	De janeiro a dezembro de 2003
Total de dívidas de curto prazo	<u>2.566.482</u>	<u>100,0</u>		
Longo prazo -				
Dívida "hedgeada" (valor nocional)	246.894	10,6	94,85% CDI a.a.	De fevereiro a agosto de 2004
Dívida "não-hedgeada"	<u>2.078.559</u>	<u>89,4</u>	7,89% a.a. em moeda estrangeira (i)	De janeiro de 2004 a setembro de 2010
Total de dívida de longo prazo	<u>2.325.453</u>	<u>100,0</u>		
Total -				
Dívida "hedgeada"	1.846.517	37,7		
Dívida "não-hedgeada"	<u>3.045.418</u>	<u>62,3</u>		
Total de dívida (ii)	<u>4.891.935</u>	<u>100,0</u>		

(i) Várias taxas de juros em diferentes moedas expressas em seus equivalentes em dólares norte-americanos, como se todos os empréstimos fossem denominados em dólares norte-americanos. A composição da dívida por moeda está resumida no item (c) desta nota.

(ii) Líquido do saldo a receber por conta dos contratos de "hedge" - R\$499.359 em 31 de dezembro de 2002.

A política da Sociedade é de proteger contra a desvalorização cambial todas as novas captações de prazo inferior a três anos. Essa política tem como objetivo alcançar equilíbrio entre preservar o caixa e proteger o balanço de oscilações significativas nas taxas de câmbio.

Os financiamentos com fornecedores são contratados em moeda estrangeira e referem-se a compra de equipamentos e materiais necessários à adequada prestação dos serviços de telecomunicação nacional e internacional.

Em fevereiro de 2003, parte dos empréstimos com algumas instituições financeiras foram renegociadas, conforme descrito no item “f”, sendo redefinidos os acordos originais com relação ao cronograma de pagamento, às garantias, à composição da dívida por moeda e às taxas de juros.

a. Modalidade/Finalidade

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Moeda nacional -		
Financiamento do ativo permanente -		
Instituições financeiras	34.724	34.498
Fornecedores	<u>1.686</u>	<u>-</u>
Total em moeda nacional	<u><u>36.410</u></u>	<u><u>34.498</u></u>
Moeda estrangeira -		
Capital de giro	2.766.877	2.163.423
Financiamento do ativo permanente -		
Instituições financeiras	2.081.534	1.496.603
Fornecedores	<u>7.114</u>	<u>33.586</u>
Total em moeda estrangeira	<u><u>4.855.525</u></u>	<u><u>3.693.612</u></u>

b. Cronograma de Pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser liquidada como se segue:

<u>Ano</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
2003	-	1.295.478
2004	1.087.891	611.620
2005	544.333	326.014
2006	329.214	185.677
2007	203.689	124.743
2008 em diante	<u>160.326</u>	<u>104.625</u>
Total	<u><u>2.325.453</u></u>	<u><u>2.648.157</u></u>

c. Composição da Dívida por Moeda

	<u>2002</u>		<u>2001</u>	
	Taxa de câmbio em 31 de dezembro (em R\$)	Valor	Taxa de câmbio em 31 de dezembro (em R\$)	Valor
Real	-	36.410	-	34.498
Dólar norte-americano	3,533300	2.642.030	2,320400	2.634.208
Franco francês	0,568215	251.474	0,313113	165.745
Marco alemão	1,905716	16.246	1,050140	10.580
Iene japonês	0,029839	<u>1.945.775</u>	0,017704	<u>883.079</u>
Total		<u><u>4.891.935</u></u>		<u><u>3.728.110</u></u>

d. Garantias

Em 31 de dezembro de 2002, os empréstimos e financiamentos estavam garantidos substancialmente por notas promissórias (apesar de não representarem garantias reais, estas constituem-se em instrumentos executáveis em casos de falta de pagamento).

e. Financiamento de construção de satélite – controlada Star One

Em 19 de abril de 2002, a controlada Star One S.A. assinou um contrato de abertura de financiamento com o BNP Paribas no valor correspondente a 85% do preço de fabricação do satélite C1 e 100% do prêmio de seguro contratado junto à Coface (“Compagnie Française d’Assurance pour le Commerce Extérieur”). O montante total da operação é de US\$122.337, com prazo de carência de 36 meses e amortização em 14 parcelas semestrais, totalizando 9 anos e meio de prazo. No período de carência incidirão taxa de juros igual a Libor de 6 meses mais 0,75% a.a. e durante o período de amortização a taxa de juros será fixa de 5,96% a.a.

O contrato atual prevê as seguintes cláusulas de garantias:

- e.1.) durante todo o período de vigência contratual a controlada Star One compromete-se em manter depositado nas contas de serviços do credor, montante em Reais equivalente a uma parcela semestral em dólares norte-americanos; e emissão de nota promissória em favor do BNP Paribas, no montante em aberto do principal e dos juros em dólares norte-americanos. A nota promissória tem características atribuíveis a ela segundo as Leis Francesas, são instrumentos legais que podem ser executadas judicialmente com o intuito de reforçar as garantias oferecidas aos credores, e representam um comprometimento de pagamento dos montantes relacionados caso a controlada Star One atrase os pagamentos contratualmente programados;
- e.2.) caso a garantia acima não esteja disponível, passa a valer a garantia de parte do contas a receber originado do contrato de 10 anos assinado entre as controladas Embratel e Star One para aluguel de transponders; e
- e.3.) caso as garantias “e.1.” e “e.2.” não estejam disponíveis, a controlada Embratel, acionista controlador da Star One, garante, incondicionalmente, o pagamento do principal.

Durante o período contratual, a controlada Embratel compromete-se a manter não menos que 51% do total de ações com direito a voto da controlada Star One.

A primeira liberação deste financiamento deveria ter ocorrido em agosto de 2002. Entretanto, conforme mencionado na nota 16, os termos do contrato original de compra do satélite estão sendo renegociados com o fornecedor por conta de mudanças nas especificações técnicas, com o objetivo de otimizar a performance do satélite C1. Conseqüentemente, a fabricação do satélite e a liberação da primeira parcela do financiamento foram postergados em relação ao cronograma inicial para que os termos do contrato original sejam apropriadamente ajustados.

f. Renegociação da dívida

Em 17 de março de 2003, o acordo de rolagem de endividamento da Sociedade junto a algumas instituições financeiras, recentemente negociado, passou a vigorar. O referido acordo abrangeu a renegociação de montante equivalente a US\$709.814, os quais originalmente estariam vencendo dentro de 18 meses a contar de 31 de dezembro de 2002. Deste montante, US\$606.408 referiam-se a empréstimos com previsão de pagamento único do principal e US\$103.406 a empréstimos cujas parcelas de amortização estariam vencendo dentro do referido período.

Os principais termos do referido acordo são como seguem:

a) Contratos com previsão de pagamento único do principal:

O saldo em aberto será quitado da seguinte forma: (i) 20% até a data do vencimento previsto nos contratos originais, estando uma parte, equivalente a 10% do saldo total em aberto dos empréstimos com previsão de pagamento único do principal, caucionada no valor de US\$76.523 pela Embratel ou por subsidiária integral; (ii) 7 parcelas trimestrais correspondentes a aproximadamente 4,29% do saldo; e (iii) 50% do saldo em 2 anos após a data de vencimento original.

b) Contratos com previsão de pagamento do principal em parcelas:

As amortizações programadas, de acordo com os contratos originais, que estariam ocorrendo entre a data do acordo de renegociação e 30 de junho de 2004, não serão efetuadas, sendo o montante da dívida acumulada nesse período dividido igualmente pelo número de parcelas vincendas previstas nos contratos originais, as quais serão honradas normalmente.

c) Taxas de juros renegociadas:

<u>Dívida por moeda:</u>	<u>Valor em R\$ renegociado:</u>	<u>Taxa de juros:</u>
Empréstimos em US dólar	974.211	Libor + 4% ao ano
Empréstimos em Iene	1.504.091	Libor de Iene + 4% ao ano
Empréstimos em Reais	64.039	CDI + 4% ao ano

d) As principais garantias acordadas, as quais foram estendidas a todos os bancos credores que possuíam contratos de empréstimos em aberto na data da renegociação com direito de participação “pari-passu” em garantias, incluem parte dos recebíveis de clientes corporativos da controlada Embratel, bem como ações e dividendos de empresa controlada.

e) A controlada Embratel assumiu alguns compromissos com os bancos credores por conta dos contratos renegociados, envolvendo o nível de endividamento, o lucro mínimo antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (“EBITDA”) e limites de gastos com imobilizado, dentre outros requisitos.

## 21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

No curso normal dos negócios, a controlada Embratel está envolvida em causas judiciais e discussões potenciais, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas Autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível, administrativa, fiscal, previdenciária e trabalhista.

Parte significativa das contingências discutidas a seguir envolvem questões de extrema complexidade, com características únicas da Sociedade e/ou da indústria de telecomunicações, que surgiram em função da margem a diferentes interpretações causadas pelas legislações pertinentes e que até a presente data não apresentam jurisprudência consolidada.

Da mesma forma, cabe mencionar que a maioria das questões discutidas a seguir são originadas de procedimentos já adotados anteriormente à privatização da Sociedade, os quais estavam fundamentados em instruções de órgãos competentes da época.

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Embratel acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Sociedade.

As contingências avaliadas como perdas prováveis estão provisionadas nas demonstrações financeiras e estão sumariadas a seguir:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Disputa Comercial com Terceiros (item a)	17.268	11.340
Reclamações Trabalhistas (item b)	29.610	22.233
Demais pendências judiciais (item f)	<u>6.500</u>	<u>-</u>
Total da provisão para contingências	<u>53.378</u>	<u>33.573</u>

a. Disputa Comercial com Terceiros

A controlada Embratel foi notificada de decisão proferida no curso de arbitragem administrada pela Corte Internacional de Arbitragem - CCI, Paris, onde ela e outra empresa discutiam créditos e direitos resultantes de infringências contratuais.

Dado que a decisão arbitral entendeu procedente parte do alegado pela outra empresa, o que resulta no pagamento de indenização, a Sociedade reconheceu nas demonstrações financeiras provisão no valor de R\$17.268 (R\$11.340 em 31 de dezembro de 2001).

b. Reclamações Trabalhistas

A provisão para reclamações trabalhistas totaliza R\$29.610 em 31 de dezembro de 2002 (R\$22.233 em 31 de dezembro de 2001). Essa quantia representa a estimativa da Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, das perdas prováveis relativas a diversos processos iniciados por atuais e antigos empregados. Adicionalmente, a Sociedade possuía, em 31 de dezembro de 2002, aproximadamente R\$27.697 (R\$28.839 em 31 de dezembro de 2001) relativos a processos desta natureza, que foram avaliados por seus consultores legais como probabilidade de perda possível, não sendo, por esta razão, provisionados nas demonstrações financeiras.

b.1 - INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)

Em 5 de setembro de 2001, a controlada Embratel tomou ciência da decisão desfavorável do Conselho de Recursos da Previdência Social, em processo no qual se discutia a incidência da contribuição previdenciária ao INSS sobre determinadas verbas que eram pagas à época, tais como abono de férias, seguro de vida, etc., sendo que o montante histórico do débito, decorrente da autuação, é de R\$55.000. Tendo sido esgotadas todas as instâncias administrativas, e mantida a autuação, a Sociedade impetrou, imediatamente, medida judicial para anulação do débito fiscal. Tendo em vista os argumentos apresentados pela Sociedade, mais de 70% do crédito encontra-se com sua exigibilidade suspensa, independentemente de depósito ou garantia, por força de antecipação de tutela concedida pelo Juízo. A parcela que não foi abrangida pela aludida antecipação, no valor de R\$22.930, encontra-se depositada judicialmente em conta remunerada. Diante das boas chances de êxito na discussão judicial e tendo em vista análise feita internamente e pelos consultores jurídicos da Sociedade, que demonstrou uma série de equívocos na apuração dos valores levantados pelo INSS, nenhuma provisão foi constituída por conta desta causa.

## c. Contingências Fiscais

### c.1 - Retenção de Imposto de Renda sobre Remessas a Companhias Estrangeiras de Telecomunicações

A controlada Embratel efetua pagamentos regulares a companhias internacionais de telecomunicações referentes a ligações oriundas do Brasil e encerradas no exterior (tráfego sainte). A legislação fiscal brasileira, genericamente, determina a retenção de Imposto de Renda sobre os pagamentos realizados (remessas) referentes aos serviços prestados por companhias situadas no exterior.

A Sociedade entretanto não retém o citado imposto tendo em vista a vigência no Brasil da Convenção Internacional de Telecomunicações, aprovada em Nairóbi, Quênia (Tratado de Nairóbi) em 6 de novembro de 1982, a qual foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 55, de 4 de outubro de 1989, ratificado pela Carta Presidencial de 21 de janeiro de 1990 e promulgado pelo Decreto Presidencial nº 70, de 26 de março de 1991.

Consequentemente, impera na jurisdição a obrigatoriedade de serem observados os regulamentos administrativos exarados no âmbito da União Internacional de Telecomunicações, da qual o Brasil é país-membro. Desse modo, entende a Administração estar assegurada à controlada Embratel a não incidência do imposto de renda na fonte sobre as remessas efetuadas ao exterior a operadoras de telefonia que prestam serviços de completamento de ligações oriundas do Brasil, em virtude do estabelecido no Regulamento Internacional de Telecomunicações, aprovado em Melbourne, Austrália, em 9 de dezembro de 1988.

Nesse contexto, em 8 de fevereiro de 1999, a Sociedade formulou consulta para as autoridades fiscais sobre essa matéria. Em 3 de setembro de 1999, a Sociedade tomou ciência da resposta à consulta formulada em 8 de fevereiro de 1999, na qual a autoridade fiscal exarou o entendimento de que a isenção do imposto de renda na fonte incidente sobre as remessas para o exterior somente deve ser aplicada a partir de 19 de outubro de 1998, nos termos do Decreto nº 2.962/99, promulgador da Constituição e da Convenção da UIT. A autoridade fiscal também reconheceu que o imposto de renda na fonte sobre os valores remetidos pela controlada Embratel para as operadoras de telecomunicações no exterior deve observar o artigo 7º do Modelo OCDE adotado pelo Brasil em matéria de tratados bilaterais para evitar a dupla tributação da renda, desde que não haja nenhuma ressalva nos tratados específicos ou em protocolo adicional. Em outubro de 2000, por provocação do Ministério das Comunicações, a Advocacia Geral da União emitiu parecer contrário a aplicabilidade da regra do Tratado de Melbourne. Em agosto de 2002, a Secretaria da Receita Federal, em resposta à consulta formulada por outro contribuinte, reiterou o seu entendimento quanto à não-incidência do Imposto de Renda Fonte sobre o tráfego sainte.

Em virtude do entendimento acima exarado pela Receita Federal, no sentido de que a não incidência do IRRF só se aplicaria a partir de 19 de outubro de 1998, em 23 de dezembro de 1999 a Sociedade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em R\$410.697 pela não-retenção do Imposto de Renda sobre os pagamentos realizados entre dezembro de 1994 e outubro de 1998. Tal imposição, além de considerar indevidamente a base de cálculo para fins de lançamento, desconsiderou a análise dos tratados bilaterais de tributação mencionados expressamente na resposta da autoridade fiscal à consulta formulada.

Em decorrência desses fatos, a Sociedade adotou os procedimentos cabíveis para impugnar administrativamente o valor lançado, tendo em vista as incorreções constantes do Auto de Infração (base de cálculo utilizada para o lançamento), e paralelamente discutir judicialmente a exigência tributária, de forma a obter pronunciamento judicial favorável a aplicabilidade da não incidência também nesse período.

No que tange ao processo administrativo, em 10 de setembro de 2002, a Delegacia de Julgamento proferiu decisão, a qual será apreciada ainda em 2ª instância administrativa, reduzindo a autuação para o valor de R\$12.975, tendo em vista a existência de incorreções nos valores lançados na autuação, bem como pela exclusão dos pagamentos feitos a países amparados por tratados de bi-tributação, em consonância com a orientação da própria Receita Federal em resposta à consulta formulada pela Sociedade. Em 30 de setembro de 2002 a Sociedade efetuou depósito administrativo, no valor de R\$ 35.532 (incluindo juros e multa), com redução de 30% da multa de ofício, objetivando suspender a exigibilidade do crédito tributário até o julgamento final do Mandado de Segurança em curso.

No que tange ao processo judicial junto a 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 2002, foi publicada sentença que julgou improcedente o Mandado de Segurança impetrado, mantendo-se entretanto suspensa a exigibilidade do crédito em face da apresentação de fiança bancária até o trânsito em julgado. A Sociedade recorreu dessa decisão.

Em 23 de dezembro de 2002, a Sociedade foi notificada da decisão da Receita Federal que modifica o entendimento quanto a matéria, no sentido de ser devido o IRRF sobre pagamentos efetuados ao exterior referentes ao tráfico sainte, para os fatos geradores ocorridos da data da notificação em diante. Tendo em vista a existência de precedente divergente no âmbito da Receita Federal, a Sociedade recorreu administrativamente dessa decisão.

Com base nos argumentos expostos e na avaliação da Administração e dos consultores jurídicos da Sociedade, que avaliam como remota a perda da Sociedade na causa, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras por conta dessa causa.

### c.2 - Imposto de Renda sobre Resultado Internacional Entrante

A controlada Embratel, baseada na opinião de seus consultores legais, julga que a receita operacional dos serviços de telecomunicações gerada no exterior (tráfego entrante) não está sujeita a tributação, já que o advento da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, não teria revogado a isenção concedida por lei específica.

Por conta dessa matéria, no final do mês de março de 1999, a Sociedade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em R\$287.239 pelo não-recolhimento do imposto de renda nos anos de 1996 e 1997. No final de abril de 1999, a controlada Embratel entrou com defesa administrativa contra essa autuação. Em 24 de outubro de 2002, a Sociedade foi intimada da decisão de 1ª instância administrativa que manteve a autuação, da qual apresentará Recurso ao Conselho de Contribuintes da União.

Em 17 de junho de 1999, a controlada Embratel recebeu nova autuação pelo não-pagamento de imposto de renda sobre resultado internacional entrante relativo a parte do exercício de 1998, totalizando R\$64.396. A Sociedade recorreu administrativamente, tendo, entretanto, sido mantida a autuação na esfera administrativa. Nesse caso foi interposto Mandado de Segurança, que foi julgado improcedente em 25 de setembro de 2002. A Sociedade recorreu dessa decisão ao Tribunal, e em 12 de dezembro de 2002 foi suspensa a exigibilidade do crédito tributário, até decisão final da Turma em sede colegiada.

A Sociedade vem oferecendo a tributação tais receitas de prestação de serviços ao exterior desde 1998, até que seja resolvida a controvérsia tributária.

Devido ao entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos sobre essa matéria, os quais avaliam como possível a perda da Sociedade nesta causa, os valores correspondentes aos Autos de Infração mencionados não foram provisionados nas demonstrações financeiras.

### c.3 - ICMS sobre Serviços Prestados

Até o advento da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1996), as operadoras locais de telefonia faturavam e recolhiam o ICMS na prestação do serviço de telefonia fixa com base de cálculo reduzida correspondendo a uma alíquota efetiva de 13%, em razão do Convênio ICMS nº 27, de 29 de março de 1994.

Com a entrada em vigor da referida Lei Complementar (16 de setembro de 1996), as empresas operadoras de telecomunicações do Sistema Telebrás foram instadas a não mais tributar as chamadas destinadas ao exterior.

Atualmente, algumas autoridades fiscais vêm autuando certas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações locais em decorrência do não recolhimento do ICMS nos serviços internacionais.

A controlada Embratel recebeu algumas autuações pelo não pagamento de ICMS oriundo de serviços prestados, incluindo serviços no campo internacional e de outros entendidos pela Sociedade como isentos ou não tributáveis. A Administração da Sociedade, em conjunto com os seus consultores jurídicos e com base nos fatos atualmente disponíveis, avaliou como remota a probabilidade de perda da Sociedade em boa parte dessas autuações. Aquelas autuações cujas chances de perda foram avaliadas como possíveis pelos consultores jurídicos montam em aproximadamente R\$351.000 em 31 de dezembro de 2002 (R\$290.000 em 31 de dezembro de 2001). Em decorrência desta avaliação, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras.

Em julho de 2002, a controlada Star One recebeu três autuações da fiscalização do ICMS no estado do Rio de Janeiro, no valor total de R\$236.000. Nesses autos a fiscalização está exigindo o imposto sobre a cessão de capacidade satelital e serviços de provimento à internet que a Sociedade entende não estarem sujeitos à tributação do imposto estadual. Além desse aspecto, o trabalho de fiscalização apoiou-se tão somente no balancete, cobrando o imposto sobre toda a receita da empresa sem considerar a formação dessas contas que possuem valores excluídos. A controlada Star One apresentou defesa administrativa contra essas autuações que encontram-se pendentes de julgamento. Tendo em vista a forma com que o trabalho fiscalizatório foi realizado e a natureza dos negócios, a Sociedade entende que possui bons argumentos formais e de mérito para invalidar tais autuações. Devido ao entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos sobre essa matéria, os quais avaliam como possível a perda da Sociedade nesta causa, os valores correspondentes aos Autos de Infração mencionados não foram provisionados nas demonstrações financeiras.

Paralelamente, a Sociedade está participando, efetivamente, do esforço no sentido de demonstrar às autoridades fiscais o impacto econômico nocivo dessa discutida carga tributária se incidente nos citados serviços, bem como da imprescindibilidade de se estabelecer um regime jurídico tributário mais adequado ao setor.

#### c.4 - Contribuições ao PIS/Cofins

Em 21 de agosto de 2001, a controlada Embratel recebeu duas autuações da Receita Federal relacionadas as Contribuições ao PIS/Cofins de anos anteriores, cujo montante total, incluindo multas e juros, é de R\$501.000.

A primeira autuação, de R\$159.000, está relacionada ao recolhimento do PIS antes de 1995, os quais foram compensados dentro dos critérios da Lei Complementar nº 7/70. Em casos semelhantes, tanto o Conselho de Contribuintes, e mais recentemente o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por decisão de sua 1ª Seção, foram favoráveis à compensação nos moldes procedidos pela Sociedade. Dessa autuação a Sociedade apresentou defesa administrativa em 1ª instância, tendo a mesma sido mantida pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal no Rio de Janeiro. Dessa decisão apresentou-se recurso ao Conselho de Contribuintes em agosto de 2002.

A segunda autuação, no valor de R\$342.000, está relacionada à isenção da Cofins em exportação de serviços de telecomunicações, por receitas geradas até 1999. A controlada Embratel entende que essas receitas estavam sujeitas à isenção, nos termos da legislação então em vigor, possuindo pareceres jurídicos externos nesse sentido. Nesta autuação foram detectados erros substanciais nos cálculos feitos pela fiscalização para fins de lançamento. Em 26 de julho de 2002, em decisão de 1ª instância administrativa, foi confirmado o entendimento da Sociedade com relação aos referidos erros, sendo reduzido o valor do auto em aproximadamente R\$220.000. Com relação ao valor remanescente deste auto - R\$122.000 - a Sociedade apresentou recurso à instância administrativa superior. Ainda neste processo foram apresentados outros fatos e argumentos que demonstram a fragilidade da autuação, permitindo expor a autoridade julgadora a improcedência da mesma em sua integralidade.

A Administração da Sociedade, com base nos fatos e argumentos levantados, além da opinião de seus consultores jurídicos, avaliou como remota a probabilidade de perda nessas autuações, não tendo, portanto, sido constituída nenhuma provisão nas demonstrações financeiras.

d. Outros Impostos

A determinação da maneira pela qual impostos federais, estaduais e municipais são aplicados sobre as operações da Sociedade está sujeita a diversas interpretações devido à natureza única dessas operações. A Administração da Sociedade acredita que sua interpretação sobre suas obrigações fiscais está substancialmente de acordo com a legislação atual. Conseqüentemente, quaisquer mudanças no tratamento fiscal sobre essas operações irão resultar de novas legislações ou regras interpretativas por parte das autoridades fiscais.

e. Contingências Junto à Anatel e à Justiça do Estado de São Paulo

Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicação em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a controlada Embratel foi oficialmente notificada pela Anatel para pagar multa proveniente do processo sancionatório relativo ao período no qual as operadoras efetivaram a mudança no código de discagem.

A Sociedade impetrou medida judicial contestando a validade do procedimento sancionatório e, em 24 de abril de 2001, não obstante a manifestação favorável do Ministério Público, o Juízo de primeira instância decidiu por manter o pagamento da multa, tendo, no entanto, julgado procedente o pedido da Sociedade de redução da multa de R\$55.000 para R\$50.000. A Sociedade recorreu da decisão ao Tribunal e obteve provimento judicial preliminar para afastar a cobrança da multa enquanto discute a questão na segunda instância judicial.

Pelo mesmo fato, o Estado de São Paulo e a Fundação Procon impetraram ação civil pública junto à 14ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, sendo que, em 30 de março de 2000, foi divulgada sentença de primeira instância condenando a Sociedade e a operadora local a pagarem multa de R\$30.000 e a devolverem aos usuários de telefonia do Estado de São Paulo os valores relativos às ligações telefônicas realizadas no período de 3 a 12 de julho de 1999. A Sociedade recorreu dessa decisão ao Tribunal e aguarda a decisão.

Devido ao entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos sobre essa matéria, que avaliam como possível a probabilidade de perda da Sociedade nestas causas, os valores correspondentes às referidas penalidades não foram provisionados nas demonstrações financeiras.

f. Demais Pendências Judiciais

A controlada Embratel é parte ré em duas ações judiciais que têm por objeto a condenação da Sociedade no pagamento de indenização por alegados inadimplementos contratuais.

Considerando a fase processual avançada dos referidos processos e os argumentos apresentados por seus consultores jurídicos, a Sociedade entende que a probabilidade de perda em tais processos pode ser classificada como provável, razão pela qual provisionou nas demonstrações financeiras o montante de R\$6.500.

A controlada Embratel também figura como ré em duas ações judiciais que visam a condenação da Sociedade no pagamento de valores oriundos do contrato de interconexão firmado com duas operadoras locais, os quais totalizam aproximadamente R\$520.200. Tal montante diz respeito a parcelas controversas relativas a cobranças geradas a partir de 2000.

Na ação em curso no Rio de Janeiro, as parcelas controversas vincendas estão, até o momento, sendo depositadas em juízo. A Sociedade já depositou o total de R\$34.436 referente às cobranças dos meses de agosto a novembro de 2002. Na ação movida pela outra operadora local, a justiça ainda não apreciou o pedido para que as parcelas vincendas sejam pagas integralmente, tendo sido depositado, tão somente, a parcela de R\$47.315 referente à cobrança cujo vencimento se deu no mês de outubro passado.

Considerando os termos contratuais e legais que dão guarida aos interesses da Sociedade, bem como os créditos que a Sociedade detém contra as mesmas empresas demandantes e, considerando, ainda, que ambas ações encontram-se em fase processual inicial, a Sociedade e seus consultores jurídicos entendem como possível a probabilidade de perda em tais causas, razão pela qual os valores correspondentes a eventuais penalidades não foram provisionados nas demonstrações financeiras.

## 22. PASSIVO ATUARIAL - TELOS

A Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. Foi instituída pela controlada Embratel em 1º de agosto de 1975.

A Embratel patrocina dois planos de pensão: benefício definido e contribuição definida, bem como plano de assistência médica para os aposentados participantes do plano de benefício definido, todos administrados pela Telos. A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano (plano de benefício definido) para os exercícios de 2002 e 2001 é de 19,8%, incidente sobre o salário dos participantes ativos deste plano (34 participantes em 31 de dezembro de 2002).

Subseqüentemente à privatização, a Sociedade instituiu plano de contribuição definida, através da Telos, o qual foi revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998, e que também passou a ser patrocinado pela controlada Star One a partir de 1º de novembro de 2000. Os novos empregados contratados aderem, automaticamente, ao novo plano, estando interrompidas quaisquer adesões ao plano de benefício definido. Para o plano de contribuição definida, a contribuição da patrocinadora varia de 3% a 8% do salário do participante, além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do titular, além do pagamento de renda vitalícia aos participantes ou beneficiários.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos será paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo plano de contribuição definida. Qualquer saldo não pago é ajustado mensalmente com base no retorno dos ativos da carteira naquela época, sujeito a aumento mínimo baseado no IGP-DI mais 6% a.a. O referido valor do passivo junto à Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2002, monta à importância de R\$189.098 (R\$226.425 em 31 de dezembro de 2001).

Os planos de pensão e de assistência médica patrocinados pelas controladas Embratel e Star One, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

A partir da emissão da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, que aprova o Pronunciamento do Ibracon sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes desses benefícios foram instituídas.

Por conta destas obrigações com benefícios pós-emprego, a controlada Embratel contabilizou em 31 de dezembro de 2001, um passivo adicional no valor de R\$193.424 (efeito na controladora – R\$ 191.050), em contrapartida ao patrimônio líquido como ajuste de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2002, tal obrigação montava a R\$213.857.

Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2002:

	Plano de benefício definido	Plano de contribuição definida <sup>(2)</sup>	Plano médico
Valor presente das obrigações atuariais	(894.115)	(939.699)	(278.607)
Valor justo dos ativos do plano	<u>952.427</u>	<u>830.527</u>	<u>58.103</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	58.312	(109.172)	(220.504)
(Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	4.046	(50.005) <sup>(2)</sup>	6.647
Ativo atuarial não reconhecido pela Embratel	<u>(62.358)</u> <sup>(1)</sup>	<u>(29.921)</u> <sup>(3)</sup>	<u>-</u>
Total do passivo atuarial	<u>-</u>	<u>(189.098)</u>	<u>(213.857)</u>

(1) Ativo atuarial não contabilizado, principalmente, pelos seguintes motivos: (a) não há previsão de redução de contribuições futuras; e (b) não existem indícios que assegurem que este superávit será mantido nos próximos anos.

(2) Refere-se substancialmente a ganhos apurados pelo não pagamento de juros e multa sobre o imposto de renda relativo ao período de 1º de janeiro de 1997 a 31 de agosto de 2001, conforme previsto na Instrução Normativa SRF nº 126, de 25 de janeiro de 2002, e na Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001. Tais ganhos estão sendo diferidos, em conformidade com os parágrafos 53 e 54 da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000.

(3) Ativo atuarial não reconhecido por conta do acordo assinado em 1º de setembro de 1999 (Termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial). Por este acordo, a Embratel se comprometeu a pagar o valor estipulado em até 20 anos, sem previsão de revisão da obrigação em caso de redução da insuficiência atuarial no futuro.

Principais premissas atuariais utilizadas:

a. Fatores econômicos:

- |  |   |
|--|---|
| (i) Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial  | Inflação + 6,0% a.a. = 11,3% a.a.                 |
| (ii) Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano  | Inflação + 6,0% a.a. = 11,3% a.a.                 |
| (iii) Crescimento salarial médio, crescimento do benefício<br>do INSS e reajuste do benefício do plano | Inflação + 0,0% a.a. = 5,0% a.a.                  |
| (iv) Taxa anual de inflação a longo prazo  | 5,0% a.a.   |
| (v) Capacidade salarial e de benefícios  | 0,98 <sup>(1)</sup>                               |
| (vi) Crescimento dos custos médicos  | Inflação + 5,54% a.a. <sup>(2)</sup> = 10,6% a.a. |

(1) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

(2) Decrescendo para Inflação + 2,70% a.a. após 44 anos.

b. Fatores biométricos:

(i) Tábua de mortalidade geral	UP-94 com 4 anos de agravamento
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
(iii) Tábua de entrada em invalidez	Tábua Mercer de entrada em invalidez
(iv) Rotatividade	Não utilizada

Demonstrativo de movimentação do passivo atuarial:

Saldo inicial - insuficiência atuarial (plano de contribuição definida em 31 de dezembro de 2001)	226.425
Passivo atuarial oriundo da Deliberação 371 CVM (plano de assistência médica)	<u>193.424</u>
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2001	<u>419.849</u>
Atualização e juros sobre as obrigações atuariais	58.548
Pagamentos efetuados durante o período (plano de contribuição definida)	<u>(75.442)</u>
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2002	<u>402.955</u>
Curto prazo	<u>63.973</u>
Longo prazo	<u>338.982</u>

## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Realizado

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2002 e 2001 é de 700 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito, totalmente integralizado no encerramento do exercício de 2002 e 2001, é de R\$2.273.913, representado por 334.399.028 mil ações, sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações): 124.369.031 ações ordinárias e 210.029.997 ações preferenciais. Os valores patrimoniais das ações (por lote de mil, expresso em reais) em 31 de dezembro de 2002 e 2001 são de R\$14,11 e R\$15,99, respectivamente.

Em 29 de junho de 2001, a acionista Startel Participações Ltda., até então detentora de 19,3% do capital social da Sociedade, transferiu 2.350.575 ações ordinárias (em lote de mil ações) de sua propriedade para novo acionista, a New Startel Participações Ltda., que passou a deter 0,7% do capital total da Sociedade.

b. Reserva de Lucros

Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

## Reserva de Lucros a Realizar

Reserva oriunda da cisão da Telebrás (Nota 1), pressupostamente informada como originada de receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos da controlada Embratel, bem como para complementar os dividendos mínimos para as ações preferenciais.

A partir da vigência da Lei nº 10.303/01, a Reserva de Lucros a Realizar passou a ser constituída pelo montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, que ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício. Dessa forma, os montantes constituídos a partir da vigência da Lei nº 10.303/01 passam a representar o próprio dividendo postergado e não mais sua base na realização.

Em consonância com o Ofício-Circular CVM/SEP/SNC/Nº 01/2003, de 16 de janeiro de 2003, o saldo da reserva de lucros a realizar formado sob a vigência da regra anterior mantém as características originais, ou seja, a parcela realizada comporá a base de cálculo dos dividendos.

### c. Ações em Tesouraria

Em 31 de dezembro de 2002, a Sociedade mantinha em tesouraria 1.769.667 mil ações preferenciais de sua própria emissão (1.466.667 mil ações preferenciais em 31 de dezembro de 2001), a um custo médio ponderado de aquisição, por lote de mil ações, expresso em reais, de R\$23,53 (R\$28,02 em 31 de dezembro de 2001). No decorrer do ano de 2002 não ocorreram alienações destas ações em tesouraria.

O valor de mercado do lote de mil ações preferenciais no encerramento do exercício de 2002, expresso em reais, era de R\$3,74.

### d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado (i) direito à prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Sociedade, ou (ii) recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária, o que for maior (alteração estatutária implementada em 30 de dezembro de 2002), e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

De acordo com o estatuto, deve-se distribuir como dividendos, a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Sociedade e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos propostos são apropriados somente no encerramento do exercício.

A controlada Embratel registrou, em 31 de dezembro de 2002, R\$29.982 de juros sobre capital próprio líquidos a receber e R\$27.070 de dividendos a receber, creditados pela controlada Star One. Com isso, o saldo de lucros acumulados da controlada Star One foi integralmente destinado aos seus acionistas.

e. Lucros Acumulados

Os lucros acumulados foram retidos para atender aos investimentos permanentes da Sociedade, devidamente documentados em estudo orçamentário aprovado pelos Órgãos da Administração, conforme previsto no art. 196 da Lei das S.A. e no art. 8 da Instrução CVM 59, de 22 de dezembro de 1986. Tal retenção será deliberada em Assembléia Geral Ordinária.

f. Plano de Opção de Compra de Ações

O plano de opção de compra de ações foi aprovado em AGE realizada em 17 de dezembro de 1998 e é regulamentado pela Comissão de Administração do plano de opção de compra de ações, nos limites de sua competência. O plano concede a opção de compra de ações preferenciais aos diretores e empregados a preço pré-definido na data da outorga, na proporção de 25% em cada período, sendo o primeiro a contar de oito meses da data da outorga, e os demais, a cada mês de janeiro a partir de 2003, e dentro do limite máximo de dez anos para exercício do direito. Até o terceiro trimestre de 2001, o valor de mercado na data da outorga era corrigido pelo IGP-M até a data do exercício, na proporção de 33,33% em cada período base, a contar de um ano da data da outorga, também dentro do limite máximo de 10 anos.

As ações adquiridas por exercício da opção manterão todos os direitos pertinentes às ações de igual classe e espécie, inclusive quanto aos dividendos. As informações relativas ao plano de opção de compra estão sumariadas a seguir:

Quantidade de opções de compra de ações preferenciais (lote de mil ações) -	
Opções em aberto em 31 de dezembro de 1999	1.762.667
Opções ofertadas em 2000	2.048.265
Opções exercidas em 2000	(122.700)
Opções vendidas em 2000	(4.800)
Opções canceladas em 2000	<u>(130.000)</u>
Opções em aberto em 31 de dezembro de 2000	3.553.432
Opções ofertadas em 2001	3.106.904
Opções vendidas em 2001	(13.333)
Opções canceladas em 2001	<u>(382.292)</u>
Opções em aberto em 31 de dezembro de 2001	6.264.711
Opções ofertadas em 2002	2.097.333
Opções canceladas em 2002	<u>(477.615)</u>
Opções em aberto em 31 de dezembro de 2002	<u>7.884.429</u>
Preço médio ponderado de exercício das opções de compra em 31 de dezembro de 2002 (por lote de mil ações, expresso em reais)	<u>5,44</u>

g. Conciliação Entre o Prejuízo da Controladora e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2002 e 2001, a conciliação entre o resultado do exercício da controladora e consolidado se apresentava como se segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Controladora	(626.345)	(544.757)
Reconhecimento dos efeitos do processo de incorporação Ocorrido na controlada Star One (Nota 14)	-	(8.914)
Reconhecimento dos efeitos de outras controladas na controlada Embratel	<u>3</u>	<u>-</u>
Consolidado	<u>(626.342)</u>	<u>(553.671)</u>

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A partir da privatização, as principais transações com empresas relacionadas passaram a ser com a WorldCom, as quais são realizadas em condições usuais de mercado. Os saldos a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2002 e 2001 decorrentes dessas transações são como se segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<b>ATIVO</b>				
Circulante				
Administrações estrangeiras (tráfego de telefonia) - WorldCom	-	-	86.379	61.254
<b>PASSIVO</b>				
Circulante				
Administrações estrangeiras (tráfego de telefonia) - WorldCom	-	-	66.050	44.018
Proceda	-	-	167	1.300
Outras	-	3	1.980	615
Taxa de administração WorldCom	-	-	92.871	38.244
Outras contas a pagar WorldCom	-	-	3.800	847
<b>RESULTADO</b>				
Receitas operacionais líquidas - Tráfego internacional WorldCom	-	-	128.760	135.616
Custo dos serviços prestados - Tráfego internacional WorldCom	-	-	(85.623)	(74.460)
Proceda	-	-	(14.505)	(5.623)
Outras	-	-	(4.044)	(1.570)
Gerais e administrativas - Taxa de administração WorldCom	-	-	(36.232)	(37.122)
Outras WorldCom	-	-	-	(847)
Financeiras - Variação cambial sobre taxa de administração	-	-	(18.395)	(1.454)

Em conformidade com o contrato de concessão com a Anatel e aprovação em Assembléia Geral Extraordinária em 18 de novembro de 1998, foram apropriados no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2002 e 2001, na conta Despesas Gerais e Administrativas, os valores de R\$36.232 e R\$37.122, respectivamente, relativos à prestação de serviços de consultoria a favor da WorldCom International, Inc., empresa controlada pela WorldCom.

Em 7 de agosto de 2002, a controlada Star One (mutuante) e a controlada Embratel (mutuária) assinaram um contrato de mútuo. Como resultado deste acordo, em 31 de dezembro de 2002 a controlada Embratel tem disponível um crédito de R\$150.000 a ser sacado junto a controlada Star One, pagável da seguinte forma:

- a) Até R\$30.000 na forma de contrapartida de dividendos e/ou juros sobre capital próprio recebidos da controlada Star One referentes aos resultados do ano de 2002;
- b) O restante em 3 parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, a contar da data do saque. A terceira parcela será paga na forma de contrapartida de dividendos e/ou juros sobre capital próprio recebidos da controlada Star One por conta dos lucros gerados no ano de 2003.

A taxa de juros a ser aplicada ao saldo devedor, em qualquer período, deverá ser igual a 100% do CDI aplicável ao período correspondente.

O contrato de mútuo está garantido por notas promissórias emitidas pela controlada Embratel.

## 25. SEGUROS

### a. Controlada Embratel

Em 31 de dezembro de 2002, a controlada Embratel mantinha contrato de seguro na modalidade de Riscos Operacionais com valor total em risco equivalente a R\$12.551.379, e limite máximo de indenização equivalente a R\$1.151.856, abrangendo equipamentos próprios e de terceiros em suas dependências, e contemplando cobertura para Lucros Cessantes. Os ativos e as responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros, de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão.

### b. Controlada Star One

Todos os equipamentos de estação terrena estão segurados por valor aproximado ao de reposição. Em 31 de dezembro de 2002, os satélites estavam segurados pelos montantes descritos abaixo (em moeda local equivalente ao montante de dólar segurado naquela data):

<u>Satélite</u>	<u>Montante Segurado</u>	<u>Valor residual</u>
B1	106.361	-
B2	129.483	8.228
B3	286.713	68.382
B4	451.761	169.192

No que diz respeito aos satélites B4 e B3, em ocorrendo o sinistro - perda total ou de capacidade operacional igual ou superior a 50%, as indenizações deverão ser pagas da seguinte forma:

- a) A parcela de indenização correspondente ao saldo em aberto dos financiamentos destes satélites, a ser pago pela controlada Embratel ao Export-Import Bank – Eximbank, será paga primeiramente ao credor da dívida, como segurado adicional. Quatro meses após este pagamento, a controlada Embratel deverá reembolsar a controlada Star One em montante equivalente ao recebido diretamente pelo Eximbank acrescido de um percentual estipulado, conforme estabelecido em acordos datados de 23 de agosto de 2000 e 1º de agosto de 1996;
- b) O saldo restante de indenizações será pago diretamente à controlada Star One pela seguradora.

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a. Considerações Gerais

A controlada Embratel participa de operações que envolvem instrumentos financeiros que se destinam a reduzir a exposição a riscos de variação de moeda e de juros, que, em geral, envolvem a alteração de indexadores e/ou taxas de rendimentos/juros de aplicações financeiras e empréstimos. A administração desses riscos é efetuada através de estratégias de operação e determinação de limites.

### b. "Swap" de Juros e Moedas

A controlada Embratel efetuou operações de derivativos com o intuito de proteção contra a oscilação de taxas de juros externas e moedas estrangeiras em relação ao real. Os valores nominais dessas operações, no final dos exercícios de 2002 e 2001, totalizaram R\$1.492.801 e R\$1.692.057, respectivamente, os quais não são registrados no balanço patrimonial.

Os ganhos e perdas nas operações decorrem das diferenças das variações nos indexadores contratados e são registrados em Resultado Financeiro, na demonstração do resultado, de acordo com o período de competência.

### c. Critérios, Premissas e Limitações nos Cálculos do Valor de Mercado

- Disponibilidades, Contas a Receber e a Pagar a Curto Prazo

Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

- Tributos Diferidos - Ativos e Passivos

O valor de mercado foi calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros pela taxa de juros de longo prazo.

- Empréstimos e Financiamentos e Operações de “Swap” (“Hedge”)

O valor de mercado é calculado trazendo as projeções dos fluxos associados a cada instrumento a valor presente, utilizando-se da estrutura a termo da curva de juros e de cupom cambial, vigente no mercado financeiro para a presente data.

- Limitações

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

Os instrumentos financeiros, incluindo as parcelas com vencimento a curto prazo, cujos saldos contábeis são diferentes dos valores de mercado, são sumariados a seguir:

	Consolidado			
	2002		2001	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Tributos diferidos e a recuperar	<u>1.623.474</u>	<u>1.083.249</u>	<u>1.096.795</u>	<u>952.732</u>
Ativos	<u>1.623.474</u>	<u>1.083.249</u>	<u>1.096.795</u>	<u>952.732</u>
Impostos, taxas e contribuições	307.841	282.868	679.770	622.300
Empréstimos e financiamentos	5.391.294	4.547.315	3.575.902	3.428.869
Operações de “swap” (“hedge”)	<u>(499.359)</u>	<u>(323.535)</u>	<u>152.208</u>	<u>130.507</u>
Passivos	<u>5.199.776</u>	<u>4.506.648</u>	<u>4.407.880</u>	<u>4.181.676</u>

## 27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante os exercícios de 2002 e 2001, os honorários dos administradores, no valor de R\$48 para cada exercício (consolidado R\$10.565 em 2002 e R\$6.801 em 2001), foram apropriados na rubrica Despesas Operacionais.

## 28. COMPROMISSOS COM ANATEL (NÃO AUDITADOS)

A tabela abaixo apresenta os compromissos com qualidade, demanda e tráfego por conta da concessão para prestação de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, conforme estabelecido no protocolo de compromisso para 2003, e a situação da controlada Embratel em 31 de dezembro de 2002.

Indicador	Situação em dezembro de 2002	Meta para 2003
Taxa de chamadas de longa distância nacional, completadas em cada período de maior movimento do serviço telefônico fixo comutado		
Matutino	68,2%	65,0%
Vespertino	70,2%	65,0%
Noturno	63,0%	65,0%
Taxa de chamadas completadas para serviços com atendimento por telefone em até dez segundos em cada período de maior movimento do serviço telefônico fixo comutado-		
Matutino	95,0%	93,0%
Vespertino	93,9%	93,0%
Noturno	95,9%	93,0%
Solicitação de reparo de telefones de uso público, por 100 telefones em serviço, por mês	20	12
Número de contas com reclamação de erro em cada mil	0,78	3
Quantidade de Telefones de Uso Público (TUP) em serviço na área de concessão de serviços	1.241	(*)

(\*) Não há, na regulamentação, uma meta fixa para esse indicador.

No que se refere a autorização obtida pela controlada Embratel para prestação de serviço de telefonia fixa local (nota 1), ainda não foram definidos pela Anatel os parâmetros e indicadores de qualidade, assim como a partir de que data tais compromissos estarão em vigor.

## 29. PROGRAMA DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO

A controlada Embratel finalizou, na primeira quinzena de janeiro de 2003, um Programa Temporário de Desligamento, com incentivos financeiros, assistenciais e sociais.

O Programa, iniciado em dezembro de 2002, foi destinado aos empregados que já estavam na situação de aposentados pela Previdência Social e aqueles que reuniam condições para requerer a aposentadoria, de forma proporcional ou integral, do citado órgão previdenciário ou à Telos.

Para fazer face a esse Programa, a controlada Embratel provisionou, em dezembro de 2002, o montante aproximado de R\$20.000.

### 30. EVENTO SUBSEQÜENTE

Conforme descrito na nota 21 c.1., por conta de decisão na esfera administrativa que reduziu o valor da autuação referente ao Imposto de Renda sobre Remessas a Companhias Estrangeiras de Telecomunicações, a Sociedade efetuou o depósito administrativo em 30 de setembro de 2002 no valor de R\$35.532 (atualizado até a data).

Em 28 de janeiro de 2003, a controlada Embratel foi notificada pela Receita Federal da necessidade de complementação do depósito em R\$3.884, correspondente ao benefício de redução de 30% da multa de ofício, que no entendimento da Secretaria da Receita Federal somente seria aplicável em caso de pagamento do débito tributário.

Em 3 de fevereiro de 2003, a controlada Embratel, através de seus representantes legais, comunicou à Delegacia da Receita Federal, considerando que a decisão proferida na esfera administrativa referiu-se somente à base de cálculo, que nada tinha a opor ao conteúdo de tal decisão. Ficou ressaltado, entretanto, o seu direito de vir a discutir a questão futuramente em caso de eventual modificação do entendimento esposado na decisão de 1ª instância. Além disso, foi comunicada da decisão da Sociedade em não transformar o depósito administrativo efetuado em depósito judicial, tendo em vista já existir carta de fiança bancária garantindo o crédito integral na esfera judicial.

Em decorrência disso, a controlada Embratel decidiu pela conversão do depósito administrativo em renda, sem prejuízo da restituição deste valor em caso de aguardada decisão favorável na esfera judicial. Por conta de tal decisão, a Sociedade, conservadoramente, reconhecerá o montante em referência como despesa no resultado do primeiro trimestre de 2003.

---